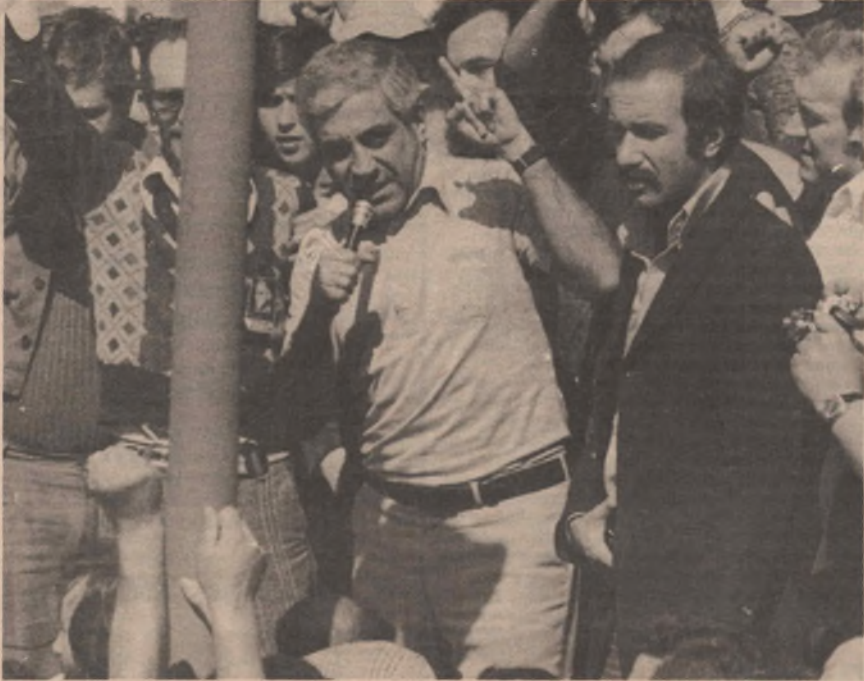


Revolução



DE NORTE A SUL DO PAÍS Presidente só há um

Pag 8, 9, 10

**SINDICATO
DA CONSTRUÇÃO
CIVIL DE SETUBAL**

A expulsão de revolucionários

Pag 6

SITUAÇÃO POUCO ORIGINAL NA MOLIN

Pag 5



UNIR OS TRABALHADORES
UNIR OS REVOLUCIONARIOS

**O PRP
e a indispensável
unidade**

Pag 16

Sobre

o Poder Popular

—organização e palavra

Pag 12

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Soares ou o agente do subimperialismo

O agente do subimperialismo em Portugal, dr. Mário Soares, continua a cada passo a merecer novas medalhas de «bom comportamen» dos seus patrões da social-democracia europeia. O anafado advogado, malabarista nas lides políticas e enlevo da pequena burguesia, acaba de receber dos assassinos de revolucionários, o prémio de honra da social-traição.

Os feitos meritórios que o distinguem para tão alto galardão, não poderiam ser outros que o reconhecimento do imperialismo pelo seu boicote activo ao socialismo... em nome do socialismo.

Quanto a nós, parece-nos que o «majoritário» do Governo burguês acabou por adoptar as nossas análises materialistas — mas apenas para consumo doméstico. Tendo que optar entre a Revolução socialis-

ta ou fascismo, a alternativa é evidente: fascismo, mesmo a curto prazo. Para o grupo social que representa, é preferível, no seu entender, a feroz ditadura burguesa à ditadura do proletariado.

O bobo da burguesia, que ainda há meses enca-beçava a testa de ponte da ofensiva reacçãoária bombista e incendiária a sedes de partidos e pessoas, encontra-se agora ultrapassada pelos ex-aliados de ocasião e segue a reboque — na cauda da reorganização dos ultra.

A agudização dos problemas e a questão das Presidenciais, vem muito naturalmente delimitar de uma maneira mais clara e para além da demagógica acção partidária, os dois campos distintos: burguesia e proletariado.

Ante a ameaça que apresenta a organização dos trabalhadores à volta de um projecto con-

creto de organização social, só resta ao PS juntar-se à barricada da burguesia. A convivência social dos sociais-traidores com os reacçãoários de várias tonalidades em torno da proposta nazi do Nacional Socialismo encabeçada pelo militarista Eanes, obriga a subservientes e dramáticas declarações de Soares: — «Se se formassem uma República Popular em Portugal, certamente nos aliaríamos ao ELP para combatê-la».

Aqui resta saber quem combateria. Certamente que não seriam os trabalhadores que neste momento acreditam que o PS tem algo a ver com socialismo.

Certamente também não seria o dr. Soares e os seus amigos «doutores» habituados à calma segurança do exílio.

A nós compete-nos alertar os trabalhadores para os reais inimigos de classe. Aqueles que aco-

berto do palavreado «socialista» de conveniência, estão incondicionalmente ao lado das forças da repressão, que apoiam a reorganização do «Estado» burguês no campo económico e militar da subserviência ao imperialismo.

Tentando desmobilizar a organização popular, o dr. Soares, acérrimo defensor da «disciplina» hierárquica nos quartéis, diz que um governo de esquerda saído das Presidenciais daria origem certamente a um golpe militar.

Isto não significa que o dr. Soares a coberto da «disciplina» militar

pela qual se tem batido tão ardorosamente, sabe que a «reorganização» nos quartéis passa pela colocação de oficiais dilectistas — da velha escola — à frente das unidades militares?

É a reestruturação e disciplina de que fala o general Ramalho Eanes e o sr. aplaude que estão aptos a dar o «golpe», não é dr. Soares?

Claro que é! Nós também o sabemos. No momento oportuno sabemos sempre quem é responsável. Um dos responsáveis, evidentemente...

P Rodrigues P

Otelo... sempre ao lado do povo

Camaradas e amigos, Envio 250\$00 para ajudar o jornal «Revolução» a continuar a esclarecer as massas que neste momento andam dispersas em muitos partidos burgueses que nada mais fazem que as confundir. Fiquei deveras satisfeito com a candidatura do amigo Otelo.

Os trabalhadores deste país têm de compreender, mais do que nunca a situação actual onde os partidos burgueses desesperados com o avanço e conquistas dos trabalhadores, que a única garantia destas conquistas é sem dúvida o Otelo. Quando é que o Otelo alguma vez atraiçou a luta dos trabalhadores? A não ser que alguns se confundam e não sejam capazes de optar pela classe a que pertencem.

Lamento profundamente um partido que diz representar as classes trabalhadoras, não ter feito outra coisa senão atraiçar (isto no caso do P. C.), não falando nos outros partidos mais à direita como o P. S.

As bases do P. S. devem dar uma resposta categórica a estas perguntas e dizer não a Ramalho Eanes. As bases do P. S. não se podem confundir com a burguesia que os representa e muitas coisas podem acontecer. E, como digo os trabalhadores mais explorados deste país, os camponeses, os que vivem na esperança de dias melhores e os desalojados terão de saber escolher.

A escolha não é difícil, basta olhar para a honestidade do Otelo, verificar que o seu pen-

samento está nestas mesmas massas e que será uma oportunidade para dizer aos exploradores nacionais e internacionais que o Povo Português não quer ser o Chile da Europa. Só com um homem como Otelo será a garantia da Revolução. Os seus actos são a prova do seu amor que todos conhecemos e é com uma sociedade onde não pode haver exploradores nem explorados, pelo para todos os trabalhadores que tenham consciência disto. Um homem como Otelo é digno da maior gratidão porque esteve sempre ao lado do povo.

Um abraço dum camarada em Bragança.

F. M. G.

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

Semestral 90\$00 Anual 180\$00 PAGAMENTO

Estrangeiro Em cheque

Semestral 300\$00 Anual 600\$00 Em vale

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670
DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas.

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374
Telefone: 931925

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº 33

MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, nº 65

ARGEA — Tel. 92169

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, nº 60 — Tel. 25542

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, nº 142

Telefone: 24149

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, nº 40

ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedrosa, nº 15 — Alges de Cima Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freixo de Andrade 1 Tel. 2474142

SACAVEM — Largo 5 de Outubro, nº 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, nº 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço de Arcos, Lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa

SETÚBAL — Praça do Bocado, 3

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, nº 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carneiro Lobo, nº 12

TORRÃO — Horta Seca

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, nº 10 Tel. 2763267/2763397/2763122

GUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

SINES — Rua Marques de Pombal, nº 86 — Tel. 62880

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, nº 21 Tel. 24998

ALJUSTREL — R. da Liberdade, nº 13, Aljustrel

BEJA — Rua Alexandre Herculano, nº 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — R. Reitor Teixeira Guedes, 35 — Tel. 24 107

LOULÉ — Av. José da Costa Mea- lha, nº 39-1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

MONCHIQUE — Estrada de Foia, 9, Monchique

OLHÃO — Rua 18 de Junho, nº 64-B-C

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

ESTÓMBAR — R. D. Pedro Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Os candidatos e as presidenciais

A nota dominante das eleições presidenciais continua a ser o apoio que a candidatura revolucionária de Otelo continua a ter das grandes massas de trabalhadores que, à volta desta alternativa concreta se vão unindo e organizando.

Do outro lado estão as candidaturas de Eanes, Azevedo e Pato. Os dois primeiros disputando entre si os votos da burguesia. Pato continuando a política divisionista do reformismo que pretende a todo o custo travar o movimento de massas e conciliar com a burguesia. A par do entusiasmo popular à volta da candidatura de Otelo, a sua campanha é feita no seio dos trabalhadores, a campanha dos candidatos burgueses continua a ser a das grandes entrevistas, a utilização dos seus meios de informação.

EANES

Recebendo o apoio dos partidos da burguesia desde os fascistas aos social-democratas, Eanes pretende apresentar-se como o homem incorrupto, da «moral superior», etc, o ideal burguês.

Prende enganar com a sua política de «reconciliação nacional». Entre classes antagónicas não há conciliação e muito menos reconciliação.

O inimigo de Eanes, como não podia deixar de ser, são os revolucionários e sobre eles ele promete já a repressão como o afirmou em entrevista a «O Jornal». E, demagogicamente, vem dizer que está à vontade para o dizer pois «será o povo a exigir» essa repressão.

Sobre Otelo a sua posição é a mesma, se ele ganhar sai do País dizendo que se isso acontecesse era porque o País tinha perdido o «bom senso». O senhor SUPER da burguesia, é juiz

supremo, é ele que dita o que é do bom senso e o que não é.

Na mesma entrevista, Eanes recusa o apoio do PC. A burguesia sente que se acabou a tolerância para com qualquer forma de organização dos trabalhadores, mesmo para com o reformismo. A este impõe-lhe a tarefa de travão dos trabalhadores e mais nada.

Ramalho Eanes apercebe-se perfeitamente que os seus votos só podem vir da burguesia, do anti-comunismo e tenta conquista-los todos.

EANES, CARNEIRO E SOARES

Para Sá Carneiro a declaração de Eanes em não aceitar o apoio do PC é motivo de regozijo.

Quanto mais à direita Eanes estiver melhor. Quanto menos concessões fizer ao reformismo melhor.

Quanto maior for o anti-comunismo e mais à direita se centrar o futuro Presidente da República mais se regozijará Sá Carneiro que, como a direita fascista militar vê em Eanes o candidato ideal para levar até ao fim o golpe iniciado em 25 de Novembro, o que passa pelo afastamento dos social-democratas militares e por uma política de puxar mais para a direita o PS. Para a constituição de uma ampla frente da burguesia capaz de se opor ao crescente movimento de massas.

O papel do PS é de dar um cariz social-democrata à candidatura de Eanes.

A candidatura de Eanes é para as cúpulas do PS, como o próprio Mário Soares o afirmou no comício do Porto, o aceitarem definitivamente, entrar para esta frente da burguesia. Para Mário Soares a candidatura de Eanes

é para «preservar a aliança das duas componentes essenciais do nosso processo revolucionário — o movimento de apoio popular e o Movimento das Forças Armadas».

E na aliança entre estas duas componentes, Forças Armadas e partidos políticos democráticos que reside o segredo deste processo.

É assim, na aliança entre as Forças Armadas burguesas onde a direita militar avança a passos largos com os partidos fascistas que as cúpulas do PS vêem «o segredo».

PINHEIRO DE AZEVEDO E OS APOIOS

Pinheiro de Azevedo o homem da «forte personalidade» anda cada vez mais desencantado. Fazendo as contas à vidinha não quer perder o tacho mas, também, não quer dividir a sua classe.

Não tendo o apoio dos partidos da burguesia Pinheiro de Azevedo ao princípio dizia que não era isso que contava agora, vem dizer que vai tentar chegar a um acordo com o PS e, ao mesmo tempo, vai situando os seus apoios ao nível de militares do PS e do PPD. Mas que acordo pode fazer? Só o de lhe garantir que se ele disistir manterá um «alto cargo».

Aliás, para Pinheiro de Azevedo isso é tão importante que afirma «eu já disse que estou apenas nesta corrida com um objectivo fundamental: não deixo ninguém nomeado. E como sabem, não há só Presidentes da República. Há muitos cargos igualmente importantes».

Enquanto no princípio afirmava que iria ganhar, Pinheiro de Azevedo agora afirma que: Eanes «ganha de certeza as eleições, mas não por razões de ordem democrática mas por razões de ordem de poder militar».

Que manobra estão a preparar? **OCTÁVIO PATO E OS DIVISIONISTAS**

O grande inimigo para o reformismo continua a ser a esquerda revolucionária. Entalado pelo movimento de massas o reformismo, com a candidatura de Otelo vê-se impedido de não apoiar Eanes juntamente com os partidos da burguesia para não se destruir como partido.

E é pela unidade do partido que luta e não pela unidade dos trabalhadores.

Invocando todos os argumentos, levantando todas as calúnias, o reformismo prossegue a sua tática. A cada passo não «politizar» o apoio dos partidos fascistas a Eanes, a cada passo atacar Otelo, caluniando e tentando dividir os trabalhadores.

Para Alvaro Cunhal, Otelo «não é representativo, nem de longe nem de perto, das actuais estruturas militares» é sim, para ele, «um elemento do exterior e contestatário».

Mas é por isso que os trabalhadores apoiam Otelo. Ele é representativo do COPCON, do apoio dos militares às lutas dos trabalhadores, é um «contestatário» e nada «representativo» da repressão sobre os trabalhadores, da fascização dos quartéis, do golpe de direita de 25 de Novembro, do fascismo. É estes, que o PC não «hostiliza» e o melhor é dizer que tem vergonha de apoiar.

É para servir os candidatos da burguesia que o reformismo apresenta Octávio, é para continuar a insistir como partido mesmo que para isso tenha que sacrificar todos os trabalhadores. É uma traição não aos interesses históricos do proletariado, com os quais há muito não tem nada que ver, é sim uma traição ao seus militantes, àqueles que ainda não tiveram força suficiente para abandonarem o partido, ou ainda se lá mantêm iludidos.

NOTAS BREVES

Vasco Lourenço no RALIS

Mais um juramento de bandeira no RALIS. Desta vez não teve nada que ver com o anterior pois a situação nos quartéis também não tem nada que ver com o anterior.

No outro os soldados juravam estar «sempre, sempre ao lado do povo»; dantes podiam reunir e discutir os seus problemas, agora só têm o «direito» a ser instrumentos da classe dominante — a burguesia.

No final Vasco Lourenço um dos do 25 de Novembro, um dos que apoia Eanes, na sua cegueira de verem os seus planos caírem por terra, tem o descaramento de afirmar que por exemplo no Porto, na manifestação de apoio a Otelo não houve «adesão popular». São sempre assim. Inventam, deturpam, caluniam. Fazem e farão tudo o que for preciso para se vergarem. Se não é assim é caso para dizer que estão doidinhos de todo e o «popular» de Vasco Lourenço é tudo menos trabalhadores, é a sua classe, a burguesia, que é «popular».

Tomás Rosa e as multinacionais

Tomás Rosa, actual Ministro do Trabalho ou melhor das Corporações esteve no EUA.

No seu regresso declarou, acerca das multinacionais que elas, tempos atrás, tinham mostrado «uma desconfiança e vontade de ir-se embora, mas essa fase foi ultrapassada e os recales vencidos, agora só aguardam o resultado das eleições» e «que nós lancemos o plano económico».

As multinacionais consideram, portanto que as taxas de exploração em Portugal não são de largar, só aguardam a eleição de um presidente da República que lhes garanta os instrumentos de repressão necessários para manterem e aumentarem a exploração sobre os trabalhadores.

Mas talvez se lixem. E com os multinacionais, o imperialismo e todas as suas marionetas (Ministro das Corporações e Companhia)

A PSP existe — a repressão é um facto

A PSP fiel instrumento de repressão da burguesia no tempo do fascismo mantém os mesmos métodos e palavras depois do 25 de Abril.

Não podia deixar de ser assim. A defesa dos seus patrões é o seu objectivo. Reprimir os trabalhadores é e continuará a ser a sua tarefa enquanto a burguesia estiver no Poder, enquanto a PSP, GNR e exército burguês existirem.

Quando da greve dos caixeiros do Porto a PSP reprimiu os trabalhadores. Como nos tempos do fascismo a sua acção continua a ser a de bater indiscriminadamente até limpar tudo e depois têm o descaramento de vir dizer que isso até é justo pois, afirma um comunicado do Comando Geral da PSP, os piquetes de greve estavam a impedir os outros que não aderiram à greve e, como sempre, «salienta-se a existência de indivíduos estranhos ao sector em litígio, «dada» grupos de coacção «que seriam os principais activistas da acção exercida contra os caixeiros não aderentes».

São os mesmos argumentos que utilizava no tempo do fascismo pois a acção é a mesma reprimir os trabalhadores.

A «Renovação Nacional»

O fascista Kaulza de Arriaga anunciou em conferência de imprensa a jornalistas estrangeiros — «é possível que venha a criar-se um grande movimento de renovação nacional».

A base desse movimento seria o documento que apresentou em anterior conferência de imprensa mas, sobre a sua perspectiva adiantou que «Portugal se quiser sobreviver tem de ter um regime de democracia pluralista, no qual é indispensável que haja autoridade bastante para garantir a paz social e a disciplina laboral».

Já se está a ver a «renovação». Os grupos fascistas reorganizam-se, encontram apoios no actual poder.

A «Renovação» de Kaulza é a renovação dos métodos de exploração e repressão; é a renovação da cruz sástica e da saudação fascista, é a renovação do capitalismo e do fascismo. Todos os burgueses dos sociais democratas dos fascistas falam em «democracia pluralista», todos falam em «paz social», todos falam em «disciplina laboral», todos querem manter o capitalismo, a exploração, a miséria dos trabalhadores.

Libertemos Fausto Cruz

Fausto Cruz está preso há cerca de dois meses. É acusado pela segurança dos fascistas do CDS de possuir uma navalha aquando da realização dum comício daquela organização.

Fausto Cruz é um estudante anti-fascista, anti-capitalista. Isto motivou que a Universidade de Coimbra se solidarizasse com ele. Aprovado em Assembleia Magna, todos os estudantes entraram em greve e assim se manterão até à libertação de Fausto Cruz. Também o Conselho Directivo apoia esta tomada de posição dos estudantes, e manifesta num seu comunicado grande apreensão pelo critério seguido pelos órgãos de poder quando prendem um anti-fascista e libertam os Pides.

Mas a luta pela libertação de Fausto Cruz já saiu das paredes da Universidade, e a ela aderem trabalhadores.

Assim num comunicado conjunto do Sindicato dos Gráficos, Eléctricistas, Bancários, Construção Civil, executivo provisório dos sindicatos dos professores, Comissões de Trabalhadores da Mondorel, Armar, Inecol, Comissão

de Moradores de Coseilhas, Comité de Defesa local da Pedrulha se solidarizaram com a luta dos estudantes e convocaram com a Comissão de luta da Universidade uma manifestação, apelando para a participação activa de todos os trabalhadores de Coimbra afim de exigirem a libertação de Fausto Cruz. A este apelo o povo de Coimbra respondeu em massa e veio para a rua na passada terça-feira, numa manifestação grandiosa com cerca de 8.000 pessoas, e que só se pode comparar à manifestação dos SUV ali realizada.

A manifestação passou pelo Diário de Coimbra, manifestando o seu repúdio por aquele jornal em virtude das notícias falsas que têm vindo acerca de Fausto Cruz. Seguiu para o Quartel General, onde foram gritadas palavras de ordem exigindo a libertação de Fausto, e contra os fascistas do CDS.

A manifestação viria a acabar junto da Penitenciária onde Fausto Cruz se encontra.

e a actualidade nacional

A CARTA DE OTELO A V.GONÇALVES

Uma carta dois homens e uma provocação que se repete

Em Alcácer, em Casebres, em Setúbal, um panfleto precedeu a visita de Otelto, distribuído por mãos que se escondem, mas que tem sempre o rabo de fora. Esse panfleto contém a transcrição da carta enviada por Otelto a Vasco Gonçalves. Quem o distribuiu foram os militantes do P.C. e dele foram tirados milhares e milhares de exemplares.

A provocação

A intenção dessa distribuição vem na linha de tudo o resto-caluniar a candidatura de Otelto, para tentar contar votos a esta candidatura que tem arrastado muitos e muitos e muitos militares desse partido.

Primeiro afirmavam que ele não era elegível; depois passaram a desmentir diariamente os apoios; depois juntaram a sua voz às administrações da Setenave e da Lisnave e às células do P.S., fechando os olhos à adesão em massa a Otelto Saraiva de Carvalho. Depois usaram os seus jornais para uma campanha de difamação que faz inveja à imprensa reaccionária (com caricaturas e tudo! No Barreiro, um grupo de caciques primeiro andou a fazer uma cruz com óleo queimado sobre os cartazes de Otelto (à boa maneira da reacção) e depois escreveram inscrições nas paredes de tal modo anti-Otelto, que só fazem lembrar que por ali passou um bando fascista.

As instruções desta campanha anti-Otelto são visíveis: dividir os trabalhadores, tentar impedir uma candidatura de unidade e de massas. Com esse bom comportamento na mão, negociar com Eanes, para manter a «boa cooperação com Belém». Podem enganar-se nos resultados das eleições...

A história da carta

Mas convém conhecer a história da carta de Vasco Gonçalves. Em Agosto, encontrava-se Vasco Gonçalves pressionado pelas correntes reformistas, que tudo faziam para dividir gonalvistas para um lado e COPCON para outro, resolveu o Primeiro Ministro (e os conselhos vinham decerto desses permanentes divisionistas) ir visitar as unidades militares da Região de Lisboa sem disso dar qualquer participação ao Comandante do COPCON.

Otelto soube disso por acaso e na véspera das citadas visitas. Pelo que chegou a casa e escreveu uma carta pessoal a Vasco Gonçalves dizendo-lhe o que pensava de tudo isso. Essa carta foi entregue pessoalmente ao Primeiro Ministro, General Vasco Gonçalves, destinada apenas a ele. Mas... a carta foi aberta no seu gabinete e caiu nas mãos dos tais que o rodeavam... Daí foi desviada para o público, reproduzida, proclamada.

Vasco Gonçalves pode testemunhar isso.

E é assim que uma carta que se destinava a leitura exclusiva pelo seu destinatário passa a ter leitura pública, o que decerto altera completamen-

te o seu significado. Como alteraria o de qualquer carta pessoal, trocada entre amigos ou família, no caso de ser desviada e ser tornada pública.

Isto é tão grave, que é caso para perguntarmos — quem tinha assim tanto interesse em queimar Otelto e Vasco Gonçalves e dividi-los, num momento em que o inimigo, personificado então pelos «nove» crescia a olhos vistos?

A traição à FUR — A machadada no V Governo

Talvez a resposta a essa pergunta se encontre na história breve da FUR, após o dia da sua criação, 25 de Agosto. Frente que foi criada para unir os Gonalvistas e os oficiais do COPCON contra o inimigo comum que era a direita, constituiu-se muito formalmente com a presença do delegado do Gabinete de Vasco Gonçalves, dum delegado da 5.ª Divisão e dum delegado do COPCON, além de delegados dos então sete partidos presentes. Os nomes desses militares, qualquer deles dos mais conhecidos ao longo destes dois anos, serão ditos um dia e poderão testemunhar de tudo quanto se passou.

Dois dias depois realizou-se uma enorme manifestação em Lisboa, convocada pela FUR. Com a força dessa frente e do que ela representava para as massas, os oficiais gonalvistas e os oficiais do Copcon avistaram-se com o Presidente da República e dispuseram-se a impor determinadas medidas. Era preciso evitar a todo o transe que a direita, então encabeçada pelos «nove» e pela direcção do PS, derrubasse o v governo e instalasse um Governo de direita. Todos cumpriram, incluindo o Primeiro-Ministro, que no seu notável discurso à manifestação deu apoio ao documento do Copcon, os acordos estabelecidos.

Mas... vinte e quatro horas depois, a direcção do PC dava uma conferência de imprensa, um pouco antes da reunião da FUR, sem consultar ninguém, sem nada comunicar. E o conteúdo dessa conferência, consubstanciado num célebre documento entregue à FUR depois de ter sido distribuído aos jornais, era sinal inverso de tudo o que tinha ficado acordado — propunha conversação com o PS com o Presidente da República e com os militares do grupo dos «nove»!

Nessa noite os militares gonalvistas e da 5.ª Divisão presentes na FUR perceberam... E eram talvez os mais indignados.

Mas a machadada estava dada. O V governo estava a ser vendido por tudo e meia, ao sabor de alianças com a direita. Vasco Gonçalves era «despedido» pouco depois e era deitado fora depois de «usado». Quem é que afinal o tinha traído? E quem teve afinal interesse na divulgação da carta do Otelto?

Usar e abusar dos militares

Mas será bom lembrar que o brio do PC, nem sempre caluniou Otelto como agora. Houve mesmo um momen-

to em que pretendeu «andar com ele ao colo» como se diz por aí.

E esse momento, estranhamente, foi depois do caso da carta a Vasco Gonçalves.

E bom lembrarmos. Foram ou não foram eles que o levaram a Beja e à CUF do Barreiro? Foram ou não eles que promoveram nesses dois sítios manifestações?

Já então existia um VI governo e pretendiam ficar à sombra do Copcon. Nessa altura era um herói e não um «traidor». Nessa altura tinham-se esquecido da carta a Vasco Gonçalves.

Nessa altura os caciques não es-

creveram nas paredes «Otelto, rua do Barreiro».

Que é que se pode dizer deste comportamento político?

Atitude de desespero? Concerteza. Oportunismo? Concerteza. Mas é mais do que isso. É o espectáculo degradante da canalhice de uma direcção que apodrece e que nem com o muito dinheiro, nem com o grande aparelho consegue por de pé uma alternativa revolucionária em Portugal. Porque o projecto deles aqui não tem saída. Podem fazer muito contra a revolução, mas não conseguem por de pé uma alternativa positiva.

Fascistas à solta no Barreiro

Terça-feira, 8/6/76, durante a madrugada, bandos fascistas efectuaram dezenas de pinturas em paredes, tais como:

- Sr. Otelto que fez o Copcon à reacção, NADA!
- Sr. Otelto vá para o Brasil!
- Sr. Otelto não queremos cá traidores!
- Sr. Otelto rua do Barreiro!
- Sr. Otelto vai pregar para Viseu!

(entre outras)

Sendo de notar que algumas foram assinadas com sigla ELP» (organização tenebrosa que todos os trabalhadores deste País conhecem).

Entretanto cerca das duas horas da madrugada, a PSP alertada em relação a dois carros suspeitos procede à detenção dos ocupantes da viatura GG-95-42 (FORD ESCORT STATION, BRANCA) que tinham na sua posse 3 armas tendo-se o outro carro posto em fuga.

Por testemunhas oculares, podemos afirmar que os carros com as matrículas GG-95-42, FORD ESCORT STATION, BRANCA E ID-55-80, OPEL RECORD, CASTANHO, são os mesmos que foram detectados a fazer as mesmas pinturas nas paredes. Mas o que é mais estranho neste complicado caso, é que às 5 horas da manhã, os indivíduos que ocupavam os mencionados carros, encontravam-se no Centro de Trabalho do PCP (Rua Vasco da Gama).

AFINAL COMO É?

Este bando de arruaceiros e provocadores que faz pinturas reaccionárias borra com óleo queimado os cartazes de apoio à candidatura revolucionária, persegue pessoas durante a noite, fazem ameaças, intimidam... etc; tudo à sombra das mais amplas liberdades democráticas. QUEM SÃO?

Este bando de arruaceiros e provocadores que à primeira vista pareciam do «ELP» pretendendo lançar a confu-

são com palavreado reaccionário, afinal são elementos que se aceitam na sede do PCP:

- Serão seus militantes?
- Serão agentes provocadores infiltrados?
- Ou será que são protegidos e caucionados para a provocação?

POR QUEM?

CAMARADAS!

Para nós, PRP o inimigo principal está bem definido, é a direita, a burguesia, a reacção. Nós estamos onde sempre estivemos, ao lado dos trabalhadores na sua luta brutal contra a burguesia e todos os seus lacaios, para a construção de uma nova ordem económica, política e social; o socialismo.

Nos militantes revolucionários reconhecemos os verdadeiros comunistas, homens sérios e devotados à causa da revolução que ainda militam no PCP e que sendo verdadeiros revolucionários, são enganados e traídos diariamente por uma direcção reformista e conciliadora que prefere apoiar o reaccionário Ramalho Eanes a por-se ao lado do homem do 25 de Abril, Otelto, o único em quem os trabalhadores e o povo deste País tem confiança.

Sobre tudo isto gostaríamos de saber quem é esta gente.

A PSP (e não só!) tem as suas identificações e os trabalhadores desta terra, baluarte da resistência ao fascismo, saberão tratar estes senhores como merecem! Como lacaios da burguesia, como contra-revolucionários, como fascistas!

**JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA!
A LUTA CONTINUA!
VIVA O COMUNISMO!**

Partido Revolucionário do Proletariado (PRP)
O Secretariado Político da Zona do Barreiro

MOLIN — SITUAÇÃO POUCO ORIGINAL...

O patrão sabota

os trabalhadores lutam a G.N.R. reprime

A Molin, fábrica de material para desenho, emprega cerca de 300 trabalhadores. Situação financeira deficitária, um patrão que não vai à fábrica há cerca de um ano, ordenados que só são pagos a 50 por cento — é esta situação que leva os trabalhadores a tomarem medidas mais radicais

O sequestro de dois indivíduos afectos aos quadros directivos da empresa, como forma de pressionar o patronato a cumprir com aquilo a que os trabalhadores têm direito levou mais uma vez a GNR às fábricas para reprimir os trabalhadores, situação que se verifica só depois do 25 de Novembro. As forças repressivas eram formadas por 200 homens da polícia de choque, quatro carros de combate, quatro camiões cheios de praças da GNR, armados até aos dentes e mais quatorze jeeps. Na fábrica estavam apenas 32 trabalhadores armados.

O REVOLUÇÃO esteve lá e pôs-se ao corrente do que motivou os trabalhadores para a luta.

REVOLUÇÃO — Desde quando estão em luta?

TRABALHADOR — A luta da MOLIN já vem há um ano, tendo começado precisamente pelos ordenados e subsídios de férias do qual recebemos 50 por cento. Desencadearam-se formas de luta, propostas pela Comissão de Trabalhadores e estavam a ter boa perspectiva. O patrão foi chamado ao Ministério do Trabalho, mas não apareceu.

Devido à falta de consciência de classe e de união dos operários criou-se uma divisão bastante grande tendo acabado tudo por ficar em «águas de bacalhau». Há cerca de um ano saíram contratos mínimos, isto é, anteriores aos contratos, e o pouco que tínhamos de regalias sociais foram-nos retiradas (assistência médica). Na fábrica reina um mau ambiente provocado pelos caciques do patrão (encarregados e chefes de secção). Inclusive no dia 6 de Abril o Sr. Cardoso que estava à frente dos Serviços de pessoal virou-se à pancada a um agente técnico por este dizer que ele deveria estar presente nos nossos plenários.

REVOLUÇÃO — Qual foi a vossa atitude perante isso?

TRABALHADOR — A partir destes acontecimentos, nós não permitimos que esse senhor continuasse a dividir os trabalhadores e chamamos a GNR para o prender, tendo sido posto em liberdade logo de seguida. No entanto este senhor continua a receber o seu ordenado sem fazer nenhum, e concretamente fez-se um processo disciplinar ao indivíduo para ser saneado, mas a entidade patronal não está interessada nisso e anda a fazer chantagem, dizendo que para sanear esse indivíduo tem de sanear mais trabalhadores sendo alguns da CT que tentaram «manipular esta luta».

Entretanto na FAG desencadeou-se uma greve onde o Mário Lino é também patrão, para obrigar esse senhor a pagar os retroactivos aos trabalhadores.

Nós sabendo disso e como estávamos bastante inactivos organizamos-nos e fomos falar com o Mário Lino, mas ele recusou-se a atender-nos. A partir daqui resolvemos fazer um plenário onde as formas de luta a adoptar foram o de dar um prazo à administração de 48 horas para resolver os assuntos dos retroactivos e dos ordenados e findo o qual se fechariam os armazéns (durante três dias) não deixando sair qualquer mercadoria embora continuassem a trabalhar. Como tudo isto não resultasse, recorremos ao Ministério do Trabalho,

e exigimos a intervenção do Estado na empresa e pedimos uma sindicância.

REVOLUÇÃO — Os trabalhadores têm provas de sabotagem?

TRABALHADOR — Concerteza. A administração faz sabotagem não pagando aos fornecedores, e as matérias primas começaram a escassear por-

que os fornecedores não confiam no patrão. Inclusive mandaram um cheque sem cobertura para a INAPA de Setúbal. Nós sabemos que sai o material em grandes quantidades do armazém e chegamos à conclusão que deve ser desviado o dinheiro dessas encomendas. Estes senhores tem uma fábrica em Espanha que nos rouba o mercado europeu, e há perspectivas para abrir fábricas na Venezuela, Peru e Brasil.

REVOLUÇÃO — Como é que decidiram sequestrar os dois indivíduos?

TRABALHADOR — Depois de termos pedido a sindicância o patrão foi chamado ao Ministério do Trabalho e prometeu que apresentaria um projecto de reestruturação da empresa. Mas nós como sabemos que se iam meter as férias, achamos que ali havia golpaça. E a prova foi uma circular da administração dizendo que não pa-

gavam as 3,30 horas que perdemos no plenário, e só pagariam 60 por cento do ordenado. A partir daqui fizemos outro plenário. Foi aprovada a proposta para detenção de 4 elementos ligados à administração, como só vieram trabalhar dois desses indivíduos, só fizemos duas detenções, a do dr. Carvalho chefe dos serviços administrativos e a do director da fábrica. É necessário frizar que o Dr. Carvalho além deste tacho é professor no Instituto Comercial e diz-nos que se está «nas tintas» para isto tudo.

O que é importante é que com isto tudo, neste momento estamos todos unidos, desde empregados de escritório a químicos, metalúrgicos e desenhadores.

Os trabalhadores depois de todo aquele aparato bélico, deslocaram-se imediatamente ao Governo Civil para exigir explicações sobre a situação. Aí foram informados pelo próprio Governador Civil, que era da sua inteira responsabilidade e que o aparato era para evitar confrontos...

Mais um conflito no Ministério do Trabalho, onde mais uma vez não será concerteza solucionado. Mas os trabalhadores, tal como nos disseram, estão agora unidos e decididos a continuar a sua luta

S.I.P.E. (Soc. Ind. Produtos Eléctricos)

Depois da intervenção estatal

o Governo prepara regresso dos patrões

Na S I P E (Soc Ind Produtos Eléctricos) o Governo pensa readmitir os antigos patrões. Já nem é original. Quisemos falar com a Com Trab que nos respondeu que havia sido decidido em plenário não dar entrevistas a qualquer jornal. Entretanto encontra-se demissionária. Falámos com dois trabalhadores que insistiram para que dissessemos que as suas posições eram apenas pessoais. Não eram porta-vozes de ninguém!

1.º trab. — A princípio 70 os 32 elementos que para ela foram eleitos por sectores, quando rebentou o 25 de Abril, quiseram andar com isto para a frente. Há 2 anos já que esta c.t. se arrasta, de onde resulta uma certa saturação. Entretanto deu-se o 25 de Novembro, e nós que já andávamos com problemas de dinheiro, perante as palavras dos patrões «nós temos dinheiro para nós quanto mais para vocês» fomos obrigados a ter intervenção estatal. Mas a intervenção estatal tal não é para toda a vida: ao fim de 18 meses o regresso dos patrões é previsível — assim é a recuperação capitalista — e se os trabalhadores não tomam uma posição de força é mais que certo que cedo aí os teremos. E isto aqui é assim: há as correntes, não digo fascistas porque são de trabalhadores como nós e não têm é consciência da sua condição de classe — esta fábrica é uma fábrica privilegiada, (em ordenados em relação ao material eléctrico não há nenhuma no País de nível igual); estas correntes querem os patrões cá dentro; e há outras que não querem. Uma vez acabada a intervenção estatal como vai ser? E agora com as presidenciais, não sei mesmo o que é que vai dar... não tenho dúvidas nenhuma de que se o Governo for fascista os mete mesmo cá.

Revolução — De que forma, é que os patrões entravam outra vez?

2.º trab. — Isso ainda falta saber, mas enquanto cá estiverem e as coisas lhes correrem à vontade deles, muito bem; quando começaram a ver que as coisas começavam a deixar de lhes convir, automaticamente começaram a fazer déficits nos bancos,

que atingiram os 150 000 contos. Agora nada nos garante que não venham a fazer o mesmo. Além disso no tempo deles não se vendia porque (e segundo me parece) havia requisições arrumadas nas gavetas e não eram satisfeitas. Em Janeiro quando eles foram para a rua, as coisas começaram a vender-se rapidamente, de tal maneira que se houvesse mais 10 ou 12 000 contos de material, ele seria também vendido. Actualmente o problema já se põe de outra maneira: com o mercado interno mais ou menos satisfeito, passamos a ter que mandar os nossos produtos para o mercado mundial. Mas o nosso material não está normalizado, quer dizer, há muito material que ainda é fabricado, mas está completamente desactualizado, de onde resulta uma dispersão de forças na produção que não tem aceitação nesse mercado.

1.º trab. — Dantes as nossas colónias absorviam esses produtos apesar de não estarem normalizados. Neste momento, e após a descolonização, deixámos de exportar para esses países e as nossas peças não têm entrada no mercado europeu — é preciso planificar a remodelação destes produtos, o que até à data não me parece que tenha sido pensado. Só com um programa estabelecido é que temos algumas hipóteses. E não podemos sujeitar-nos à Europa, temos que nós voltar para o Terceiro Mundo.

2.º trab. — A vantagem que podemos ter sobre os americanos e os outros todos que lá se meteram com fábricas, é o da não exploração; nós só vamos vender ao passo que os outros vão também explorar a mão-de-obra além de venderem também. Se o «3.º Mundo» está em desenvolvi-

mento como nós, só há vantagens para as duas partes nas trocas comerciais.

1.º Trab. — E neste momento, mesmo havendo gestores eleitos pelos trabalhadores a par de outros nomeados pelo Governo (representando necessariamente os patrões) as coisas não vão bem e eles vão-se aproveitar disso; quer dizer: cada vez que a gente vai receber, temos uma grande dificuldade em levantar a massa. Os gajos andam à rasca com massa, o País está empenhado, e para reconverter o papel em dinheiro há muitas dificuldades.

2.º Trab. — Os que nos compram, têm um limite para pagar, mas fazem-no descontando letras, isto é, o Estado dá-lhes crédito, o que pressupõe que tem capacidade para pagar aos trabalhadores. Mas o que se vê é que o banco se nega ao «bago». Quem se lixa somos nós.

Revolução — Que perspectivas de unidade há aqui da parte dos trabalhadores em torno dos seus verdadeiros interesses de classe?

2.º trab. — Só quando a malta perceber que não são os ditos intelectuais (os srs. drs.) que têm capacidade para orientar as empresas, que a malta do fato de macaco também tem cabeça, e que de certeza defende melhor os seus interesses que os tais intelectuais, então e só então, farão a unidade passando por cima de todos os divisionismos, partidários inclusive, fomentando tantas vezes por esses mesmos intelectuais, ou pelos patrões.

1.º trab. — Hoje as pessoas são marcadas a rútilo e se de facto são revolucionárias tudo o que fazem é «esquerdistas» e «radical» como dizem esses que se aburguesaram e agora dizem que são pluralistas. Na realidade são apenas posições pessoais o que defendem, e conseguem arrastar outros trabalhadores com os seus discursos bem falantes.

nas obras

OCTA (Organização de Obras Públicas)

Na unidade os trabalhadores fazem recuar o capital

A OCTA (Organização de Obras Públicas) é uma empresa com cerca de duzentos trabalhadores em Faro, cuja actividade principal se situa na construção de canalizações das ruas, das vilas e cidades e na qual se verifica uma intervenção estatal da ordem dos 80 por cento

Nesta empresa desenvolve-se uma luta pelo direito ao trabalho O Revolução deslocou-se lá e falou com alguns trabalhadores

REVOLUÇÃO — Gostaríamos de saber o porquê da vossa luta?

TRABALHADOR — A OCTA é uma empresa que muito embora com intervenção do Estado, funciona da mesma maneira de antes do 25 de Abril. Assim eles mantem o mesmo tipo de exploração dos trabalhadores que começa logo com o tipo de admissão na empresa. Eles mantem ainda um sistema de contrato quer por prazos fixos de alguns meses quer por prazo incerto. Antigamente eram os patrões que nos exploravam, agora é o próprio Estado que continua a manter o mesmo tipo de exploração sobre os trabalhadores. A burguesia e o capital valem-se do exército de desempregados, da fome e da miséria para nos imporem à força as suas leis.

REVOLUÇÃO — Mas então o que se passa?

TRABALHADOR — Os representantes do patronato e os seus lacaios jogam com a intimidação e a falta de esclarecimento dos trabalhadores para nos porem a pata em cima. No fim do mês de Abril o encarregado anunciou que iriam ser despedidos 40 trabalhadores, dando como justificação que os trabalhos em Faro iriam acabar. Ai nós organizamo-nos e elegemos uma nova organização e que estavam dispostos à luta, passados alguns dias já nos informavam que afinal iriam despedir só 15 trabalhadores o que demonstra que unidos e organizados poderemos avançar na luta pelo direito ao trabalho.

REVOLUÇÃO — Chegaram a verificar-se os despedimentos? Como reagiram os trabalhadores?

TRABALHADOR — Chegado ao fim do mês de Abril não se verificaram os despedimentos que estavam anunciados. Mas então eles jogaram outra cartada para nos dividirem e disseram que os trabalhadores que tinham mais do que um ano de casa iriam assinar um Contrato de Trabalho. Alguns trabalhadores assinaram mas a maioria viu logo que ali havia qualquer coisa que não estava bem.

REVOLUÇÃO — E então qual foi o papel da Comissão de Trabalhadores e dos Delegados Sindicais?

TRABALHADOR — Bem, fomos à sede do nosso sindicato e lá discutimos o nosso problema tendo-se concluído que o contrato que a entidade

patronal nos propunha era ilegal. Então rasgamos o contrato que alguns camaradas já tinham assinado na presença desses mesmos camaradas.

Depois fomos para reuniões com a Comissão de Trabalhadores, o Sindicato, o secretário e o advogado do sindicato, o advogado da empresa, o advogado do Ministério de Trabalho, um arquitecto do gabinete de planeamento e do fundo de desemprego.

REVOLUÇÃO — Mas na firma existe intervenção do Estado

TRABALHADOR — Sim e o governo diz que defende os trabalhadores mas no fundo defende mas é a exploração, a fome, a miséria dos trabalhadores porque pretende aumentar o desemprego quando existem centenas de milhares de desempregados. Mas que raio de governo é este que em vez de criar novos postos de trabalho, só nos quer atirar para o desemprego?

REVOLUÇÃO — E qual foi o resultado das reuniões?

TRABALHADOR — Bem isto é uma salssada e a nós parece-nos que andam mas é a querer brincar com a gente mas talvez se lixem. Vejam lá que o gabinete de planeamento diz que há mais trabalho para começar. A empresa insiste em despedimentos e quer dar indemnizações muito inferiores mesmo às leis que o governo nos atira cá para fora. Até estas reuniões os engenheiros diziam que estavam pelo lado dos trabalhadores fazendo-se seus amigos (deve ser para os lixarem à meia volta) e agora a meia volta já está a vir porque insistem que os trabalhadores assinem um contrato que não garante o trabalho e que quando um trabalhador for despedido só recebe 15 dias de trabalho como indemnização.

REVOLUÇÃO — E então?

TRABALHADOR — Então? Isto é uma merda, porque o ministério de trabalho é o governo, o gabinete de planeamento é o governo, o fundo de desemprego é o governo, a empresa é do governo. O governo diz que é pelos rabalhadores mas o governo quer despedir-nos e não cumpre as suas leis. Isto é o governo manda-nos bardamerda mas nisso segue o seu primeiro ministro, mas nós estamos unidos e organizados e vamos avançar porque a LUTA CONTINUA.

CONSTRUÇÃO CIVIL A EXPULSÃO DE REVOLUCIONÁRIOS DO SINDICATO

No seguimento da entrevista publicada no «Revolução» n.º 74, de 27/5/76, a um camarada da Comissão de Trabalhadores da Tetra, ex-membro da Comissão Negociadora do Contrato Colectivo, um outro camarada, também ex-dirigente do Sindicato da Construção Civil de Setúbal, considerou que havia muito mais a contar, e daí, esta nova entrevista

O problema da organização sindical ser controlada pelos partidos e, consequentemente, estar a sua actividade dependente da estratégia do partido, independentemente dos interesses dos trabalhadores, é um dos principais problemas focados

É esta questão que está na base de todos os problemas que se levantaram no Sindicato da Construção Civil de Setúbal, bem como dos que desmobilizaram a greve marcada para o último 22 de Março.

A GUERRA QUE SE ABRIU DENTRO DO SINDICATO

«Eu era delegado sindical da SOMAG, quando fui chamado para fazer parte da lista A. Na altura, sinceramente, desconhecia que havia um partido, (o PC) que mandava naquilo.

Foi na altura em que se pôs o problema da compra da sede do Sindicato que comecei a aperceber-me de tudo. O PC opunha-se à compra e foi preciso que nós fizéssemos muito barulho para que ela se fizesse. Foi nesta altura que percebi que o PC se ingeria nos assuntos sindicais, pois a maioria dos dirigentes sindicais eram-lhe afectos.

Deste modo, começou a haver uma guerra contra os cinco dirigentes de Setúbal, que trabalhavam sem se interessar com aquilo que o PC dizia, trabalhavam na defesa dos interesses dos trabalhadores e mais nada».

«Foi então que eles pensaram em arrumar-nos de uma vez para sempre. Fizeram um organigrama em que foram distribuídas tarefas para os dirigentes sindicais. Tentaram afastar-nos da luta e pôr-nos em sitios onde fôssemos queimados.

Assim, por exemplo, ao Pereira, que era e é um dos melhores sindicalistas que há, puseram-no na contratação colectiva, onde ele poderia ser queimado, pois não tinha contacto com os trabalhadores.

A mim, usem-me nos conflitos de trabalho, enquanto eles ficavam a fazer reuniões com os delegados sindicais e Comissões de Trabalhadores, afastando-nos a nós dessas tarefas, onde angariaríamos a simpatia dos trabalhadores.

Mais tarde, como me safei sempre bem nos conflitos de trabalho, tive grandes lutas, mas coito tudo por vitórias, eles então, como viram que eu estava a grangear muita simpatia por parte dos trabalhadores, resolveram mudar-me para outro sitio. Iria para a União dos Sindicatos fazer o jornal, em colaboração com vários sindicatos».

«O PRUMO»

«Ai, eu vi que era mesmo para acabarem comigo. Sabia que me iriam cortar os artigos que escrevesse e, portanto, recusei-me.

Foi então que fiz a proposta de ser feito um boletim do nosso Sindicato

(«O Prumo»), pois nós não tínhamos boletim. Esta proposta foi aceite.

O boletim era feito por mim depois, havia uma Comissão Coordenadora do Sindicato que o realizava e via se ele podia sair.

No primeiro número que saiu, foram cortadas mocções aprovadas em empresa, uma das que me lembro foi a aprovada na firma Luis Romão, que falava da necessidade de não estarmos dependentes das superpotências. O que saiu sobre o Otelo, deu um trabalho imenso para os convencer.

No segundo boletim, recusaram-se terminantemente a que ele saísse e foi preciso que nós ameaçássemos de demitir-nos os cinco, para que ele saísse».

A SUSPENSÃO DA GREVE

«Na reunião do Porto, foi aprovada por maioria esmagadora a ida para a greve mas, quando na segunda-feira que antecedeu o 22 de Março, se soube que a Comissão Negociadora tinha suspenso a greve, vi-me rodeado, no Sindicato de Setúbal, por centenas de trabalhadores que me perguntavam o que era aquilo, que traição era aquela.

Eu, claro, não sabia de nada, pois não fazia parte da Comissão Negociadora, a qual tinha tomado a decisão, sem consultar ninguém.

Então decidi ir para Lisboa, para que a Comissão Negociadora me esclarecesse. Encontrei-me com eles no Sindicato dos Rodoviários, onde eles estavam reunidos.

O que eles me disseram foi aquilo que já veio no «Revolução», falavam em golpes, chaimites, etc., tudo boatos, como já foi afirmado e voces publicaram.

Fui para Setúbal e disse aos trabalhadores as explicações que eles me tinham dado. A maioria dos trabalhadores não concordou e resolveu avançar. Foi o que aconteceu na minha empresa, a SOMAG, que desde há muito que já ganha mais do que a tabela salarial, mas que não abandonou a luta da classe, na qual esteve sempre na vanguarda.»

O DESRESPEITO PELAS DECISÕES DOS TRABALHADORES

«Houve depois um pelnário de delegados sindicais, no qual se decidiu entrar em greve».

Na reunião, estava presente o Pre-

SETUBAL

—“Quem te pôs na rua não foram os trabalhadores, foi o nosso partido” —afirmou um militante do PC

Presidente do Sindicato e perguntou-se-lhe se ele ia aderir à tomada de posição dos delegados sindicais, ao que ele respondeu que sim. Nessa mesma noite veio para Lisboa, e, na votação para se decidir se se entrava em greve ou não, o Sindicato de Setúbal absteve-se, em total desrespeito pela decisão dos delegados sindicais, quando em Setúbal se tinha aprovado entrar em greve.

A partir daí, nós, os cinco de Setúbal, vimos que não tínhamos quaisquer hipóteses de continuar a trabalhar em defesa dos trabalhadores com aquela direcção.

Fizemos um comunicado em que expúnhamos a nossa opinião, e a bronca estalou.

Eles, os outros membros da direcção, mandaram outro comunicado para o «Diário» em que nos caluniavam. Geraram-se várias movimentações e, quando a coisa chegou a um limite muito grande em que já ninguém se entendia, há um plenário de delegados sindicais e nós pusemos um requerimento à votação que foi aprovado por esmagadora maioria.

Mas, o Presidente da Assembleia Geral recusou-se a dar andamento ao requerimento onde se pedia que a Assembleia se fizesse em Setúbal e não no Barreiro, e que não era para a destituição dos cinco, mas para analisar caso por caso, a actividade de todos os dirigentes. Ao mesmo tempo, devia ser feita uma sindicância, tanto à sede como às delegações do Sindicato, por delegados sindicais e um elemento de confiança do Ministério do Trabalho. Na Assembleia que se fizesse em Setúbal, os dados que fossem encontrados pela sindicância deviam ser revelados.

Claro que eles aí tiveram medo. Sabiam que havia muita coisa contra eles e daí não aceitaram o requerimento.

A ASSEMBLEIA DO BARREIRO

«Antes da reunião do Barreiro, eles andaram sempre a tentar virar-nos. Como não cedemos na nossa posição de defendermos os interesses dos trabalhadores, sem nos preocuparmos com o que o PC dizia, eles, então, caluniaram-nos de toda a maneira e feitiço.

A mim, por exemplo, acusaram-me de, em 1973, ter escrito uma carta ao director da INAPA, onde nessa altura trabalhava, e era dirigente sindical. Acusaram-me disto e não deixaram defender-me. Pois eu pergunto: Quantos tinham coragem de, antes do 25 de Abril, expressar posições anti-fascistas pro escrito? Quantos dirigentes sindicais do tempo do fascismo eram revolucionários? Então a Intersindical não foi formada no tempo do fascismo? A Assembleia aprovou que eu falasse mas a mesa, desrespeitando mais uma vez a Assembleia, não me deixou falar.

Quando, na entrevista publicada no «Revolução», se fala em que encostaram uma faca à barriga de um camarada, foi a mim que o fizeram! Não

me deixaram falar e, ainda por cima, tentaram agredir-me.

O que diz no «Revolução» é muito certo. Câ fora, havia militantes do PC que choravam de raiva por aquilo que lá se fez dentro. Houve mesmo um militante do PC que me disse: «quem te pôs na rua não foram os trabalhadores, foi o nosso partido».

Que assim era já nós sabíamos, mas ele disse-mo à frente de testemunhas.

Dizia ele que nós não servíamos o PC, que uns eram do PRP, outros da UDP, da LUAR, etc. Disseram-me para ali tanta coisa que, a certa altura, já nem sabia de que partido era; eles disseram que eu era de tanta coisa!

Inclusivamente, mais do que o número de pessoas presentes no Barreiro, tenho eu em meu poder assinaturas a pedir que a Assembleia se fizesse em Setúbal, mas nada disto o Presidente da Assembleia aceitou.

Houve muitas moções que foram mandadas para o Barreiro e que o Presidente não leu. Só leu as que lhe convinha; pois as outras eram de apoio aos cinco de Setúbal.»

EM SETÚBAL, DEPOIS DA ASSEMBLEIA

«Depois de sermos afastados, em Setúbal, começou uma grande movimentação de trabalhadores, de apoio aos cinco de Setúbal.

Nós evitámos que os delegados sindicais fossem ao sindicato e puzemos os outros membros todos na rua, porque era o que eles queriam fazer. Nós evitámo-lo porque queríamos fazer as coisas sem destruir, porque o sindicato de Setúbal custou-nos muito a arranjar, a por as coisas como estão. A eles é que não custou nada, não fizeram nada por ele.

Após a Assembleia do Barreiro eles tentaram ir dar sessões de esclarecimento às empresas, dizer o porque do nosso afastamento.

A primeira que eles foram, à TETRA, se não fosse o Pereira estar presente, levavam lá todos porrada. Os trabalhadores chamaram-lhes tudo, só não lhes chamaram foi pai, de resto, chamaram-lhes tudo e mais alguma coisa.

Os trabalhadores da TETRA exigiram que a todas as empresas que fossem, tivesse que estar sempre presentes dois dos elementos afastados, para que eles não pudessem andar a dizer o que bem entendessem.

Depois da TETRA eles já tinham várias reuniões marcadas, mas tiveram medo e já não foram a mais nenhuma. Acobardaram-se porque sabiam que, connosco presentes e a poder-mos falar, eles é que ficariam mal vistos.

Nós em Setúbal temos o apoio dos trabalhadores. No Barreiro, os trabalhadores não nos conheciam, não sabiam qual era a nossa actuação, só sabiam aquilo que eles lhe disseram.»

O CLACC

Interessa também desfazer as calúnias que eles levantaram ao CLACC.

Num plenário de delegados sindicais com os dirigentes, decidi formar-se um grupo de apoio que tinha duas funções. Por um lado, apoiar a Comissão Negociadora, por outro, evitar qualquer traição que pudesse ser preparada à classe e desmascará-la.

O Grupo foi formado em Setúbal mas era para se alargar a nível nacional pelo que foram convocados vários sindicatos e eles aderiram.

Este grupo, o CLACC, foi escolhido em Plenário das empresas lá em Setúbal. Foram nomeadas 3 empresas, a TETRA, a COMPAR e a EDIFER, que deveriam eleger os delegados e, tinha mesmo que vir uma acta assinada em como tinham sido eleitos pelos trabalhadores.

Para azar deles, os camaradas eleitos, não era nenhum afecto ao PC e aí eles começaram uma luta tremenda contra o CLACC.

Para haver a greve, o CLACC foi fazendo várias sessões de esclarecimento no distrito de Setúbal e o pessoal ia aderindo. Então, para o PC, a alternativa era destruir o CLACC.

Numa reunião da direcção do Sindicato, os dirigentes afectos ao PC, que eram a maioria, entenderam que se devia fazer um inquérito à actividade do CLACC e suspende-lo imediatamente.

Eu fiz parte do grupo de inquérito. Primeiro acusaram o CLACC de ser um grupo «esquerdista e divisionista». Fomos ver a actividade do CLACC e nada se provou. Provou-se sim, que realmente auscultou sempre as bases, actuando por ordem destas.

Mais tarde, como era responsável pelo Gabinete de Apoio aos delegados sindicais e CTS., cujas tarefas estavam ligadas a problemas como ensino, Reforma Agrária, problemas de empresa, de emprego, eles acusaram o CLACC como sendo ele o dono do Gabinete de Apoio.

Também nada se provou, o Gabinete funcionava dentro das suas tarefas e mais nada.

Depois, afirmaram que o CLACC foi um grupo inventado pelo Pereira para actuar em seu apoio, para lhe guardar as costas. Eles diziam que o Pereira se sentiam queimado e que, portanto, foi arranjar um grupo que o safasse. Também nada se provou.

Por fim, tentaram provar que havia desvios de dinheiro gastos com o CLACC e que isso tinha de se provar. Mais uma vez, nada se provou, eram só calúnias.

O inquérito ao CLACC, acabou por não lhes dar nada e, quando eu quiz elaborar o relatório do inquérito, eles não deixaram. Há uma acta escrita, em como se devia elaborar um inquérito no prazo de 20 dias e, quando eu quero elaborar o relatório, eles dizem que não vale a pena, que já estava tudo esclarecido.

Foi mais uma manobra deles, o CLACC viria a ser muito útil aos trabalhadores, caso se avançasse para a greve, mas eles estão-se nas tintas para os interesses dos trabalhadores, limitam-se a respeitar as directrizes do seu partido, sem olhar a mais nada.»

Luta dos Trabalhadores

ELECTRICISTAS

O sector de electricistas da construção civil decidiu entrar em greve no próximo dia 14, em virtude do patronato continuar a recusar a negociação do seu contrato colectivo. Nessa assembleia foi ainda aprovado a realização de uma assembleia no mesmo dia, na Voz do Operário, para a discussão de novas formas de luta.

TRANSITÁRIOS

Terminou a greve em virtude do CCT ter sido aceite. Na reunião de negociações que durou cerca de vinte horas o patronato retirou-se tendo sido aprovado pelo Conselho de Ministros que as empresas ficariam sujeitas à aplicação de uma portaria, mas só naquelas em que a situação financeira o permitisse.

TOMÁS DE OLIVEIRA — SINES

Os trabalhadores desta empresa encontram-se em luta contra o desemprego. De 107 trabalhadores, foram despedidos 50, tendo já mais 54 recebido carta de despedimento. A entidade patronal pediu já a anulação do contrato efectuado com o complexo de Sines estando neste momento, os trabalhadores em contacto com o Ministério do Trabalho a quem acusam de não resolução da situação. Este conflito provocou uma manifestação-cómicio com os trabalhadores do complexo, no qual compareceram cerca de 4000 trabalhadores que se solidarizaram com os trabalhadores da Tomás de Oliveira.

VALFAR — VILA DO CONDE

Mais uma empresa em luta contra o desemprego. Cerca de 1400 trabalhadores correm risco de ficar sem emprego. A empresa que é do ramo têxtil deve cerca de 5000 contos de retroactivos aos trabalhadores, recebendo estes em média um salário de 4500\$00. Num plenário os trabalhadores decidiram exigir a intervenção estatal.

PROGRESSO BEIRA-DOURO — LAMEGO

Fábrica de calçado, com bastantes encomendas mas sem matéria-prima porque o patrão se recusa a fornecê-la. Desde Abril que os trabalhadores não recebem ordenado tendo agora decidido não deixar sair o patrão até o problema se resolver.

AUTARQUIAS LOCAIS

Os trabalhadores das autarquias locais entraram em greve pela publicação dos estatutos do seu sindicato, (conta já com cerca de 25000 trabalhadores inscritos) e ainda por melhores condições de vida.

Depois de vários contactos com o Governo que não se chegaram a verificar, os trabalhadores decidiram fazer uma manifestação em S. Bento, continuando decididos a continuar a greve até obterem o que querem. A greve tem a aderência de todos os trabalhadores do País.

AGFA — COIMBRA

Os trabalhadores decidiram sequestrar um administrador e o seu advogado quando estes se preparavam para abandonar a empresa. A população que se mobilizou, solidarizou-se com os trabalhadores não permitiu que a GNR na primeira vez que apareceu os levasse. No entanto por volta das 6 da manhã, com grande aparato bélico conseguiu libertar os «senhores».

dos leitores



OTELO no P. Eduardo VII

No passado dia 2, milhares de pessoas participaram na Festa Popular promovida pelo GDUP, em apoio à candidatura das organizações populares de base, a candidatura revolucionária de Oteló.

Milhares de pessoas permaneceram no Parque Eduardo VII toda a tarde, participando na Festa Popular e à noite não arredaram pé enquanto Oteló não chegou e lhes falou da sua candidatura.

Oteló afirmou aos milhares de pessoas: «estou convencido que com a força, com a vontade, com a coragem das massas populares, das massas trabalhadoras, de todo o povo que está honestamente empenhado, de alma e coração em reconstruir o País, em

construir em Portugal uma nova sociedade, uma sociedade diferente oposta à sociedade corrupta, à sociedade de exploração capitalista em que vivíamos, uma sociedade justa onde não haja explorados nem exploradores, uma sociedade socialista, que tenhamos orgulho em legar aos nossos filhos», é esta a base da sua candidatura. Oteló, profundamente esgotado, como afirmou, falou aos milhares de pessoas, sobre o programa da sua candidatura, referindo-se à sua prática e à do Copcon, ao papel que deve caber às Forças Armadas e referindo-se à sua candidatura afirmou não ser de qualquer partido nem das Forças Armadas, nem de qualquer Conselho da Revolução, mas das massas populares, dos trabalhadores.

DE NORTE A SUL DO PAÍS Presidente

OTELO na Covilhã

Perto das 16 horas, aproximadamente, OTELO chegou a Unhais da Serra, onde visitou a fábrica de lanifícios «A Penteadora». A saída estavam concentrados largas centenas de operários e camponeses de Unhais e arredores aos quais se dirigiu, focando as lutas desencadeadas antes do 25 de Abril, bem como as de depois, nomeadamente as lutas desencadeadas pelos operários de «A Penteadora», e a luta dos camponeses da Quinta da Vargem contra o latifundiário Garrett.

Com uma grande caravana, seguiu para a Covilhã onde visitou a fábrica de lanifícios «Nova Penteação», onde os trabalhadores estavam concentrados à entrada da fábrica. Dirigiu-se ao refeitório onde reunidos os trabalhadores o aclamaram, e aos quais falou.

Da sua intervenção, salientamos: «o espírito combativo e revolucionário das mulheres, especialmente dos lanifícios, que ao lado dos operários

deste sector, mostraram que nunca vergariam frente às manobras do patronato reaccionário»; e lançou um apelo a todas as mulheres para que com a sua luta consigam libertar-se da dupla exploração de que são vítimas. Seguidamente visitou a fábrica, também de lanifícios, «Ernesto Cruz, F.



BASES PARA O PROGRAMA DE O

Candidato à Presidência da República por imposição popular, comprometo-me perante os trabalhadores e o Povo português, no caso de ser eleito, a garantir as condições para que o Povo, unido e organizado, avance na resolução dos seus problemas a caminho de uma sociedade nova onde seja possível o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, a sociedade socialista.

O LADO PROGRESSISTA DA LEI FUNDAMENTAL

Assim, Comprometo-me a:

1. Assegurar a defesa da Constituição da República Portuguesa, conquista do Povo, que deve ser posta ao serviço dos trabalhadores — dos assalariados do campo e da cidade, dos operários de indústria e dos pequenos e médios agricultores, dos funcionários públicos, dos professores e dos pequenos e médios rendeiros, dos técnicos e dos comerciantes pobres e remediados, dos empregados de escritórios, da banca, dos seguros e do comércio.

Não consentir que as classes privilegiadas, que continuam a deter o poder, anulem o que existe de progressista na nossa lei fundamental.

CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

Comprometo-me a:

2. Assegurar intransigentemente a defesa e o aprofundamento das conquistas fundamentais obtidas pelo Povo português a partir do 25 de Abril:

— Reforma Agrária, que deve ser levada a cabo, consolidada e desenvol-

vida com a intervenção decisiva dos trabalhadores, beneficiando os pequenos e médios agricultores e rendeiros.

— Controlo operário por parte de todos os trabalhadores, que deverá ser incentivado, desenvolvido e alargado a todo o País.

— Nacionalizações dos sectores básicos da economia, que não se pode permitir que sejam de novo postos ao serviço dos grupos capitalistas e que devem desenvolver-se para servir o Povo e a independência nacional.

— Direito à greve, direito sagrado dos trabalhadores que não pode estar sujeito a regulamentações que o ataquem e destruam.

— Liberdade de expressão, reunião e associação, desde que não fomentem ideias e práticas fascistas ou fascizantes.

ORGANIZAÇÕES POPULARES DE BASE

Comprometo-me a:

3. Defender, reforçar e desenvolver todas as formas de organização dos trabalhadores e especialmente as organizações populares de base, comissões de trabalhadores, comissões de moradores e conselhos de aldeia.

Estas organizações são uma criação fundamental e verdadeiramente democrática das massas trabalhadoras, garantem a sua real unidade e constituem condição indispensável quer para a resistência quer para o avanço do Movimento Popular.

Comprometo-me a:

4. Garantir a organização sindical autónoma dos trabalhadores, independente do Estado e dos partidos, contribuindo para a criação de condições que tornem possíveis as suas formas

unitárias e democráticas.

Comprometo-me a:

5. Respeitar a vontade dos trabalhadores e do Povo, expressa nos resultados eleitorais, nomeando o Primeiro-Ministro de acordo com a Constituição e garantindo, nos termos constitucionais, que o Governo execute uma política que defenda os interesses dos trabalhadores e do Povo e não aceitando uma governação que abra caminho à violação dos princípios constitucionais ou que crie condições para o regresso ao fascismo.

SOLUÇÕES PARA A CRISE ECONÓMICA

Comprometo-me a

6. Não admitir quaisquer tentativas para fazer pagar às classes trabalhadoras a crise económica capitalista. A crise terá de ser combatida através de uma política que assegure o aumento da produção dos bens essenciais, a descida dos seus preços ao consumidor, o combate ao desemprego pelo aumento dos postos de trabalho e a libertação da dependência face às potências imperialistas.

Como primeiro e importantíssimo passo para levar à prática uma política económica desta natureza, há que colocar as empresas e os sectores nacionalizados sob o controlo dos trabalhadores e ao serviço destes, em ordem à reorganização e planificação da economia.

A resolução da crise económica só poderá ter lugar numa sociedade socialista, através da planificação económica, assente na independência nacional, na mobilização dos trabalhado-

res e na dinâmica

luta.

Comprometo-me a:

7. Levantar o nível de vida dos pequenos e médios rendeiros, de todo o País esquecidos e produto da melhoria das condições de construção de escolas, luz, água, não podendo perder o domínio dos terrenos de lhes ser pago o preço justo e a paridade, o crédito, as e os adiantos, máquinas e

A lei do arrendamento deve ser rigorosa

REFORMA AGRÁRIA

Comprometo-me a:

8. Garantir a reforma agrária será levada até aos rurais nas condições de propriedade e, nos pequenos e médios rendeiros.

Os direitos dos agricultores e dos pescadores devem ser assegurados.

A Reforma Agrária para satisfazer o País no sector da produção com unidades familiares nas pescas.

Comprometo-me a:

9. Combater as condições de vida dos pequenos e médios rendeiros do Norte e os tra-

AÍ

Só há um

lhos, Lda.». Como em outros locais que OTELO visitou centenas de trabalhadores gritaram: «COM O OTELO PRESIDENTE A REVOLUÇÃO SEGUE EM FRENTE».

OTELO, nas suas intervenções apelou para a organização dos trabalhadores em Comissões de Trabalha-



dores, numa organização cada vez mais forte, para que a sociedade sem classes, a sociedade socialista, possa ser uma realidade.

OTELO falou também da necessidade de os trabalhadores se organizarem em GDUPs, para reforçarem a sua unidade e organização e, com esta forma de organização, se criem condições para a discussão do programa para que ele possa ser de facto o programa dos explorados.

Do jardim público até à Praça do Município, OTELO foi rodeado por milhares de trabalhadores que gritavam: «PRESIDENTE SÓ HÁ UM, OTELO E MAIS NENHUM», «POVO EXPLORADO O OTELO ESTÁ DO TEU LADO» e «POVO NÃO TEM MEDO DE EANES E AZEVEDO».

Na Praça do Município OTELO, mais uma vez, discursou aos trabalhadores apelando para a sua organização e unidade pois só assim poderá ser possível avançar para a sociedade socialista.



OTELO no Alentejo e Algarve

A visita que Otelu efectuou ao Alentejo, fez regressar às aldeias, vilas e cidades por onde passou, aquele entusiasmo popular que o golpe de 25 de Novembro fizera apagar. Um entusiasmo preenchido pelo calor humano e pela vibração dos tempos de antes do 25 de Novembro, só que, desta vez, bem mais lúcido e determinado, já que muitos e muitos são aqueles que, tirando as devidas conclusões dos erros cometidos, voltam costas ao papa e unem-se em torno daquele que mais confiança lhes merece. Por outras palavras, engrossa dia a dia a multidão de trabalhadores que compreendem finalmente que numa revolução não se podem passar cheques em branco a cúpulas que se entretêm em negócios de gabinete e que com tais escuros negócios dividem os trabalhadores.

Otelu é sem dúvida o candidato

dos trabalhadores alentejanos. A recepção que por todo o lado lhe foi feita assim o demonstra. O resultado das eleições assim o comprovará. Nesta sua viagem Otelu foi por todos homenageado como tal: pelos trabalhadores que o vieram receber para ouvi-lo, falar-lhe, abraçá-lo, beijá-lo e, até chorar; pelos trabalhadores que, não tendo tido conhecimento prévio da sua passagem, manifestaram o seu desgosto por não terem tido conhecimento do facto e terem perdido uma ocasião de receberem o homem do 25 de Abril; pelos trabalhadores das aldeias, vilas e cidades por onde o escasso tempo não permitiu que passasse, e que queriam e querem à viva força que Otelu ali se desloque; pelos fascistas e burgueses que desertaram a sua passagem, porque este não é

Continua na pág. 10

CANDIDATURA DE OTELO

âmica criadora da sua

eto-me a

25 de Abril aos pequenos agricultores e rendeiros, que foram os grandes beneficiários, tem de ter direito ao seu trabalho e a uma real situação de vida, de estradas, hospitais, água e esgotos. Para tanto continuar sujeitos aos grandes intermediários e ser assegurado o escoamento do seu trabalho a garantido antes da camoto em condições vantajosas e rações, as sementes e gado a preços baixos. O rendimento rural terá imediatamente aplicada.

GRÁRIA

eto-me a

que a Reforma Agrária é ao fim pelos assalariados das zonas de grande produção e outras zonas, pelos pequenos agricultores e ren-

dos pequenos e médios rendeiros serão sempre respeitados.

Agrária deverá contribuir para a independência do setor alimentar, em articulação política progressista

eto-me a

er as tentativas reacionárias de um fosso entre os médios agricultores dos trabalhadores agrícolas do

Sul, uni-los na mesma luta pela melhoria das condições de vida do povo português.

Recusando o espantoso de divisões políticas, religiosas e económicas, será possível superar as divisões que as forças reaccionárias procuram agudizar entre o campo e a cidade, entre o Norte e o Sul, entre o continente e as ilhas.

Comprometo-me a

10. Defender uma política de habitação e saúde ao serviço das classes mais desfavorecidas e não, como até aqui, protegendo minorias privilegiadas.

Defender uma política que se preocupe com os reformados e a velhice, de protecção à infância e que liberte a mulher da situação de duplamente explorada como trabalhadora dentro e fora do lar.

Defender uma política de apoio aos emigrantes e suas famílias, quer aprofundando os laços que os unem a Portugal, quer defendendo firmemente as suas condições de vida e de direito ao trabalho, e lutar para que no futuro os portugueses não necessitem de emigrar.

Comprometo-me a

11. Promover uma política verdadeiramente democrática nos campos da educação, do ensino e da informação, defendendo as formas de cultura nacional contra a dominação estrangeira, neste sector.

Lutar pela eliminação do analfabetismo e pela libertação cultural do povo, incentivando as manifestações de cultura popular e apoiando as associações e organizações que a desenvolvem.

Contribuir ainda para que o povo português possa ter acesso ao património cultural de toda a humanidade.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Comprometo-me a

12. Lutar por uma política de independência nacional que defenda os interesses do povo português contra as pressões e dominação das grandes potências estrangeiras e os interesses partidários a elas ligados, lutando especialmente pela libertação económica, política e militar face às potências imperialistas que mais directamente nos atingem.

Defender uma política externa de não alinhamento em relação aos blocos político-militares e favorecer o desenvolvimento das relações com os países não-alinhados e particularmente os países do Terceiro Mundo.

Comprometo-me a

13. Desenvolver relações privilegiadas com os novos países africanos de língua portuguesa, aprofundando na base da solidariedade anti-imperialista o processo de descolonização.

A descolonização, convergência da luta antifascista do povo português e do M.F.A. com a luta dos movimentos de libertação nacional, pôs termo a uma guerra colonial injusta que custou ao nosso povo e aos povos das colónias muitos milhares de mortos e estropiados e muitos milhões de contos.

Pugnar pela resolução dos graves problemas que afectam os portugueses regressados de África, vítimas também de uma situação colonial imposta pelo regime fascista derrubado no 25 de Abril, reconhecendo que a resolução desses problemas se insere no quadro de relações fraternas com os novos países africanos, e passa pela aplicação de uma política económica ao serviço das classes trabalhadoras a que a esmagadora maioria desses portugueses pertence.

FORÇAS ARMADAS

Comprometo-me a

14. Colocar as Forças Armadas e militarizadas ao serviço do povo e dos interesses nacionais, jamais permitindo que a repressão se abata sobre os trabalhadores.

As Forças Armadas competirá o combate à contra-revolução e ao terrorismo, não consentindo que as forças fascistas, ainda não derrotadas completamente, se aproveitem da liberdade conquistada em 25 de Abril para destruírem essa mesma liberdade.

As Forças Armadas deverão assegurar um apoio activo à resolução dos problemas mais gritantes do povo português.

As Forças Armadas — povo fardado e nunca mercenários profissionalizados — tem de ser o garante da Constituição, tornando possível o verdadeiro exercício democrático do poder pelos trabalhadores e pelo povo.

e a actualidade nacional



OTELO no Algarve

Otelo visitou nos dias 2 e 3 o Algarve onde foi alvo de grandes manifestações de apoio e carinho por parte das populações e trabalhadores visitantes.

Na sua visita percorreu fábricas de diferentes sectores, desde corticeiros a conserveiros passando por cimentos, cervejas, etc.

Foram dois dias em que os trabalhadores algarvios vibraram com a simplicidade e sinceridade de Otelo comandante do ex-COPCON em que os trabalhadores comeram lado a lado a sardinha em Olhão e os trabalhadores da construção civil com ele almoçaram nos estaleiros das obras da Empreital-Torralta em Alvor.

Vários foram os pontos visitados tais como: Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Loulé, Silves, Albufeira, Portimão, Lagos, etc. O entusiasmo foi caloroso e, em diversos locais os trabalhadores montaram «embuscadas» a fim de obrigarem o candidato dos trabalhadores a parar para lhe mostrarem o seu apoio, para lhe dizerem que Otelo é, efectivamente, o candidato dos trabalhadores, que se opõe aos candidatos da burguesia.

Nas grandes manifestações de apoio a Otelo a unidade revolucionária dos trabalhadores esteve à vista. Os trabalhadores independentemente dos

partidos uniram-se no apoio a Otelo e, por isso, se podia ver nas grandes manifestações militantes desde o P. S., P. C., M. D. P., até aos partidos da esquerda revolucionária.

Nas intervenções em diversos locais Otelo afirmou que: «É necessário superar divergências partidárias por vezes mínimas que só dividem os trabalhadores. O socialismo autentico passa pelos trabalhadores no Poder. É necessário um grande esforço de unidade, pois o Poder deverá pertencer às organizações populares de base, pelo que há que desenvolver e dinamizar e, os trabalhadores unidos e organizados devem usar lutar e ousar vencer a burguesia dominante no Poder e avançar para a revolução.

Explicando o significado da revolução, Otelo identificou-o como a necessidade da transformação e substituição da sociedade capitalista pela sociedade socialista. Otelo referiu ainda do que a figura, que ele próprio, é o programa que pretende ser o programa da classe operária, camponeses e pescadores, pelo que neste momento é necessariamente provisório e só após profunda discussão no interior das massas trabalhadoras o programa poderá ser definitivo e expressar os reais anseios e necessidades dos trabalhadores.

OTELO na Siderurgia

Na Siderurgia Nacional, Otelo viu-se rodeado pela aclamação dos trabalhadores que saudaram a sua candidatura revolucionária. Apesar das manobras partidárias do P. C. P. que se vale da implantação que tem nesta empresa, os trabalhadores reconhecem que é Otelo o candidato da unidade revolucionária, da unidade dos explorados por isso ali estiveram em massa, a mostrar a Otelo que os outros trabalhadores estão com ele e com a sua candidatura.

... o «comício» foi aberto por um operário que afirmou: «A candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho é a única candidatura do povo trabalhador deste País. Ela representa a unidade possível de todos os trabalhadores se se superarem as contradições partidárias que os dividem e enfraquecem.»

“Temos que avançar para a sociedade socialista com a tomada do Poder pelos trabalhadores”

Continuação da pág. 9

o seu candidato; pelo Partido Comunista que, à sua maneira o homenageou, caluniando-o.

O QUE ELLES QUEREM É TACHO

Que as direitas lhe voltem costas e o ataquem, não admira. Diremos mesmo que isso é positivo, porque é a demonstração clara de que Otelo não está com capitalistas nem com fascistas, mas está com o povo trabalhador. O que é lamentável é que o Partido Comunista, ou melhor, as suas cúpulas, se lancem numa vil campanha divisionista de calúnias sobre Otelo, só porque Otelo luta pela unidade de todos os trabalhadores de não importa qual partido, quanto a direcção do P. C. continua a preferir a unidade nas cúpulas reaccionárias do calibre de Mário Soares, Salgado Zenha e companhia? O que leva a direcção do P. C. a cair tão baixo? O desespero? Atitude precipitada?

Mais um erro de cálculo? Concerteza que não! E talvez não andasse longe da razão aquele velho militante do P. C. quando, em Arraiolos, desabou: «O que eles querem é tacho com o Mário Soares! Cansaram-se dos anos de luta e querem agora lamber do tacho!»

Vimos e ouvimos repetidas vezes durante esta visita Otelo reconhecer publicamente que tinha cometido erros. E quanto tal sucedeu perante os milhares de trabalhadores que o aclamaram em Évora, quando Otelo chamava a atenção para o facto de todos os responsáveis terem acumulado mais ou menos erros neste dois anos de luta, reparámos então que Otelo foi, até hoje, o único que teve a coragem e a humildade de assumir publicamente os erros por ele cometidos. Daí que, com toda a oportunidade, Otelo tenha sido preceptivo ao afirmar que não admitia lições das cúpulas partidárias, mas apenas admitia a crítica do povo trabalhador.

«OTELO JÁ CÁ ESTÁ, VASCO VOLTARÁ»

Lembrando os tempos em que o COPCON protegia os trabalhadores na sua batalha pela Reforma Agrária e em que pôs meios militares ao ser-

viço dos trabalhadores rurais Otelo apontou para os perigos que advem das tentativas de profissionalização das Forças Armadas, da sua transformação em máquina de repressão sobre os trabalhadores. Mas parar é morrer, e por isso Otelo venceu a necessidade de se avançar na unidade dos trabalhadores e na consolidação desse avanço: «Não basta que hajam algumas uniões de cooperativas. É preciso que por todo o lado as comissões de trabalhadores, das cooperativas e das fábricas se unam até constituírem um corpo único de norte a sul do País. Temos que avançar para a sociedade socialista com a tomada do Poder pelos trabalhadores.»

Por todo o lado Otelo desfez as calúnias que sobre ele lançam pseudo-revolucionários e reaccionários. As manifestações de apreço com que eram infalivelmente recebidos os esclarecimentos de Otelo eram a demonstração clara de que a calúnia se estava a voltar contra os caluniadores. E quando, já em Beja, Otelo disse da sua amizade para com o companheiro Vasco, «homem que temos de recuperar», emergiu da multidão um grito que ficou a ecoar no Alentejo: «Otelo já cá está, Vasco voltará!»

O entusiasmo que Otelo semeou no Alentejo garante o recrudescimento da luta dos trabalhadores, garante que as eleições para a Presidência da República estão a transformar-se num amplo movimento de massas que pode muito bem ser capa, não só de fazer barreira contra o fascismo, como também levar definitivamente de vencida as forças contra-revolucionárias. Mas para isso é necessário que os trabalhadores não se fiquem pelas aclamações e pelo voto: é fundamental a arma da organização dos trabalhadores. Organizar entre si comissões de moradores, comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia, de modo que os órgãos populares de base constituam um corpo único de norte a sul do País, é a melhor maneira de os trabalhadores vencerem as eleições e de concretizarem, através da tomada do Poder, a palavra de ordem gritada pelo próprio Otelo: «Presidente só há um, o povo e mais nenhum!»

OTELO em Moscavide

Sobre o tema «povo trabalhador unido para o socialismo» e «contra o fascismo, unidade popular», Otelo esteve em Moscavide no comício promovido pela Comissão Coordenadora dos GDUP's de Olivais-Moscavide.

Milhares de pessoas estavam no Clube Desportivo dos Olivais (Moscavide) onde gritavam «presidente só há um, Otelo e mais nenhum». Falaram vários trabalhadores. Primeiro foi um elemento da Comissão de Moradores do Bairro da Lata na Rua Nova que focou a luta dos moradores e a necessidade do reforço da unidade e organização dos moradores para que se possa avançar para a sociedade sem classes, para o exercício do poder pelos trabalhadores.

A seguir falou um operário da Automática Plesley (militante do PC) que apelou para a unidade em volta da candidatura revolucionária de Otelo como forma de superar as diver-

gências partidárias no seio dos trabalhadores.

Depois falou um operário metalúrgico da TAP, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos que falou acerca da importância do desenvolvimento e consolidação das organizações populares de base. Falou sobre a necessidade da participação dos trabalhadores na vida sindical, criticando o controlo partidário dos trabalhadores que os partidos tentam fazer pelos sindicatos.

Otelo no fim referiu-se novamente à necessidade da unidade dos trabalhadores, focando que não é o candidato de qualquer partido mas sim das organizações populares de base, dos trabalhadores. Otelo focou ainda a necessidade imperiosa da organização dos trabalhadores como condição indispensável para haver democracia, que significa o exercício do poder pelos trabalhadores, a sociedade socialista.

nos quartéis

REGIMENTO DE COMANDOS DA AMADORA

Dentro das tropas de elite os soldados também lutam pela democracia nos quartéis

Mais uma vez a situação actual dentro dos quartéis é posta em causa. Com a candidatura revolucionária de Otelo, muitos factos vêm de novo ao de cima. É a movimentação dos soldados em apoio a Otelo que leva a isso. Antes do 25 de Novembro, a situação democrática era um facto dentro dos quartéis. Os soldados não vinham para a rua reprimir operários e camponeses, mas sim com eles trabalhar e organizarem-se em estreita aliança.

Hoje o Poder quer reprimir, mas também sabe que não tem os soldados na mão, e na maior parte das vezes quem reprime é a G N R e a P S P. Outras formas organizativas dos soldados leva a esta situação. Por isso o Poder reprime e saneia indivíduos que dentro dos quartéis se evidenciam na luta.

Esta entrevista com um camarada recruta do Regimento de Comandos da Amadora é bem significativa dos métodos repressivos utilizados pela burguesia para que os soldados não estejam ao lado dos trabalhadores, mas sejam um instrumento ao serviço do capital na repressão dos trabalhadores. Por isso nesta unidade como em outras a disciplina militarista e o respeito cego pela hierarquia são condições fundamentais no combate a qualquer tentativa de organização democrática, que levaria inevitavelmente os soldados a lutarem no dia a dia na unidade por melhores condições de vida, e que na ligação concreta com as massas trabalhadoras adquiririam necessariamente a consciencialização política de condição de explorados colocando-se ao lado do povo trabalhador na luta contra a burguesia.

É de baixo de condições extremamente difíceis que os soldados tentam avançar com lutas pontuais começando a pôr em causa o Poder burguês.

REVOLUÇÃO — Quais foram as dificuldades que encontraste quando entraste para a Amadora?

SOLDADO — Depois da recruta fui transferido para uma das unidades mais reaccionárias da R. M. L., Comandos da Amadora onde tirei a especialidade. Nas primeiras semanas ge-

rou-se um grande movimento contra a repressão interna, pois nós vinhamos quase todos de unidades mais progressistas. Lembro-me que fomos impedidos pela força de participar na grande manifestação dos S. U. V. em Lisboa, pois os soldados estavam impedidos de fazer política (a política

era só para os srs. oficiais). Durante o curso houve várias eliminações selectivas, não só pelas provas físicas mas também aqueles que recusavam aquela disciplina militarista e se evidenciavam nas lutas dos soldados.

REVOLUÇÃO — Podes concretizar com algum exemplo?

SOLDADO — Quando estávamos formados, se um camarada se mexia, o comandante de pelotão agredia-o à bofetada, mas como nós estávamos todos bastante unidos começávamos a chamar-lhe fascista, ele disparava dois tiros para o ar que provocava o desfazer da formatura. Isto era o suficiente para eles eliminarem indiscriminadamente os camaradas que se tinham evidenciado na luta. Aprovei-me que a unidade era controlada ideologicamente (Comando e a maior parte de oficiais do quadro) pela direita, senão pela extrema-direita. Na fase final do curso a repressão aumentou como mostra um caso de um camarada que num cross conseguiu acompanhar o anodamento imposto e foi barbaramente espancado pelo aspirante, tendo recolhido à enfermaria e ficando com a parte esquerda da cara ligada.

REVOLUÇÃO — Qual foi a resposta que os recrutas deram?

SOLDADO — Quando nós deparámos com o camarada, com a cara quase desfeita, desenvolveu-se em torno dele uma movimentação espontânea, na formatura da manhã, recusamos-nos a formar tendo comparecido na formatura só os instrutores. Nós ficamos nas casernas onde nos barri-

camos com camas, cadeiras e armários.

Co o o camarada espancado foi um soldado, os soldados mostraram-se mais coesos na luta do que os futuros quadros. Como havia divisão entre os quadros e os soldados, houve alguém que tentou fazer essa união porque a luta era comum, mas isso não veio a acontecer porque os futuros quadros não se solidarizaram na luta.

REVOLUÇÃO — Na tua opinião qual seria a razão que levaria os futuros quadros a não se solidarizarem com os soldados?

SOLDADO — Talvez por receio pois eles seriam futuros graduados com mais privilégios. Os acontecimentos precipitaram-se com a chegada dos alferes e dos aspirantes perguntando-nos porque é que não formávamos. Nós dissemos que não formávamos porque queríamos falar com o capitão Freire sobre o nosso camarada que tinha sido espancado.

REVOLUÇÃO — Qual foi a reacção dos soldados à presença dos graduados?

SOLDADOS — Quando eles se dirigiram à nossa camarata viveram momentos muito difíceis, pois foram recebidos à coronhada, tendo havido camaradas que com a revolta que sentiriam chegaram a puchar a colatra atrás. Um dos aspirantes teve que recolher à enfermaria.

A luta foi desmobilizada quando compareceu o comando dizendo-nos que havia outras formas de luta, outras maneiras de resolver o problema, sem sermos indisciplinados o que levou os futuros quadros a traírem a nossa luta pois foram formar na parada deixando os soldados isolados.

REVOLUÇÃO — Quais as represálias por parte do comando?

SOLDADO — Depois disso, durante o dia fomos chamados um por um, ao gabinete de um capitão que nos interrogou e nos agrediu, tendo sido presos dois camaradas. Mais tarde alguns de nós foram eliminados do curso e saneados da unidade.

AOS TRABALHADORES DE VIANA

Fora com o fascista Mata Lima

As lutas dos soldados são as lutas dos trabalhadores. A opressão faz-se sentir nas fábricas como nos quartéis. Os patrões, tal como os militaristas levantam a voz pois pretendem voltar aos tempos antigos. Faz-se silêncio sobre os nossos problemas e as nossas lutas, por isso temos de as divulgar não através dos órgãos de informação burgueses, que esses praticam hoje de novo a censura, mas divulgar entre nós os avanços da luta pelo Poder Popular, pelo Socialismo, pela Democracia dos trabalhadores.

Quando os exploradores se unem para nos calar, e esmagar, nós temos de nos unir ainda mais para os calarmos e esmagarmos. O presente comunicado, distribuído pelos militares do RIB/VC, é expressão da luta que os trabalhadores fardados mantêm nas unidades militares contra o fascismo e a repressão militarista.

Camaradas: Já é tempo de desmascarar o capitão nazi Mata Lima. A vida no quartel é insuportável, em grande parte devido a este 2.º comandante que mais parece ser o único comandante. Até os capitães lhe batem a pála.

O descontentamento entre nós é geral, de soldados a oficiais e é bom fazê-lo saber publicamente. Este senhor que manda mais do que o próprio comandante, exige de nós toda a disciplina, mas ele próprio já tomou atitudes de indisciplina contra o antigo comandante da Região. Este oportunisto que diz ser democrata — como Salazar o era, talvez — este comandante da instrução que nunca se separa da pistola que társ na bolsinha, este militarista é a causa principal do mau ambiente no quartel.

Hoje que o Exército regressa a passos largos à disciplina dos tempos da «velha senhora», o Mata Lima ultrapassa todos os fascistas na repressão.

Mas na unidade não há só este facto. Há mais como a seu tempo

serão desmascarados, como o capitão Matos Chaves e outros. Nós conhecemos-os bem, e não lhes perdoaremos. Não nos metem medo. Que andem armando de pistolas, G-3 ou o que quiserem, que isso só nos prova que têm medo de nós e não têm a consciência limpa.

Sem nós e as armas que nós manejamos não passam de palhaços de feira. Os ditadores não duram sempre. Eles que apelam à democracia que fiquem sabendo que nós construímos a democracia contra o seu militarismo.

Camaradas: Unidos e organizados correremos com os fascistas da nossa unidade.

VIVAM OS SOLDADOS, OFICIAIS E SARGENTOS PROGRESSISTAS FORA COM A CANALHA REACCIÓNÁRIA

Um grupo de militares do Regimento de Infantaria de Braga Destacamento de Viana do Castelo.

Apoiemos a candidatura de Otelo por um Exército Revolucionário

Na fase histórica que atravessamos, os S. U. V. são a voz da união de todos os soldados, e dos sargentos e oficiais revolucionários, que ousam lutar nos quartéis; contra o militarismo, a hierarquia e repressão fascistas, contra a opressão, contra as condições miseráveis de vida dos soldados; pelo direito de reunião dos soldados, por uma sociedade sem exploração, pelo socialismo.

A burguesia depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro, começa de novo a reprimir a luta dos soldados dentro dos quartéis. Isto quer dizer, que enquanto estivermos organizados eles tinham medo e não ousavam tocar-nos. Agora com a capa da democracia, desses senhores, vão dando porradas sob qualquer pretexto.

A isto temos que nos opôr. Como?

Organizando-nos nos S. U. V. para exigirmos o direito de reunião em assembleia, onde possamos escolher os nossos representantes, discutir abertamente os nossos problemas, e a melhor forma de resolvê-los e lutar por melhores condições de vida.

Aproximam-se as eleições presidenciais. Querem impedir-nos o Ramalho Eanes «Cara de Pau». Então este senhor que nunca nos defendeu, que destruiu a nossa organização dentro dos quartéis e que prendeu oficiais revolucionários, é um «democrata»? Será que o homem que prendeu Otelo é um democrata?

Otelo que, como comandante do Copcon, sempre apoiou a justa luta dos soldados e dos trabalhadores, é esse sim, o nosso candidato.

A burguesia já escolheu: Ramalho Eanes. E nós soldados, trabalhadores fardados, temos que nos unir e organizar com os nossos irmãos trabalhadores, explorados e oprimidos como nós, para apoiarmos Otelo, candidato do Poder Popular, a presidente da República. Não porque a sua eleição nos venha resolver os nossos problemas, mas porque ela é motivo, para uma grande união dos explorados, na luta contra os exploradores.

POR UM EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO — CANDIDATURA REVOLUCIONÁRIA!

LIBERDADE DE REUNIÃO PARA OS SOLDADOS! (NÚCLEO S. U. V. B. A.1)

e o poder popular

SOBRE O PODER POPULAR

— Organização e palavras

OTELo tem dito que baseia a sua candidatura sobretudo no apoio das organizações populares de base. O que são as organizações populares de base e como é que são entendidas pelas várias tendências do movimento operário? Na resposta a esta pergunta reside a explicação de muitas contradições existentes entre os trabalhadores. O que são os GDUPS e como se constituíram? Coincidem os GDUPS com a organização popular de base? Se não como é que relacionam entre si? E qual o futuro de tudo isto e o que é que devemos defender para depois das eleições?

Das respostas que os revolucionários souberem dar a estas perguntas depende muito do que pode ser esta candidatura, que é à partida um grande movimento de massas

O PODER POPULAR

— organização e palavras

Aquilo a que se tem vindo a chamar Poder Popular é a organização autónoma dos trabalhadores ou organização popular de base. É constituída por tudo o que são órgãos eleitos pelos trabalhadores na base, com fins determinados, e é autónoma dos partidos e dos poderes constituídos. Tem sido composta por Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia, Conselhos Revolucionários, Comissões Revolucionárias ou outros órgãos eleitos pelas bases.

A maioria desta organização teve um carácter reivindicativo. Isto é sobretudo verdade para as Comissões de Trabalhadores, que, depois do 25 de Abril, substituíram os sindicatos, uma vez que estes nem sequer acompanharam as principais lutas reivindicativas e contrariaram-nas muitas vezes. Exceptuando o caso dos Lanifícios onde as lutas foram acompanhadas pelo sindicato, só já em pleno VI Governo é que houve sindicatos — caso dos Metalúrgicos e Construção Cível — que se puseram à frente das lutas. Mas entretanto tinha passado ano e meio, e durante esse tempo foram as Comissões de Trabalhadores que funcionaram como Sindicatos de Empresa, representando os trabalhadores para a defesa dos seus interesses. Raramente tiveram funções directamente políticas, sendo apenas a questão do saneamento aquela que desde o princípio teve um cunho estritamente político e que fez parte do programa de quase todas as Comissões de Trabalhadores. Mas na realidade houve poucos órgãos eleitos (soviets ou conselhos) para a tomada e o exercício do poder pelos trabalhadores. Apenas nos casos em que existiram ou existem Conselhos Revolucionários se pode dizer que existiu organização autónoma directamente política. Já as Comissões de Moradores de bairros pobres e de bairros de lata, e as comissões de ocupantes tiveram um carácter de exercício do poder, por aquilo que representaram de avanço dos trabalhadores no sentido de serem em prática as suas próprias decisões. Igualmente as Comissões Directivas das cooperativas foram órgãos de poder em relação à própria cooperativa. Mas mesmo nestes casos, o poder que se exerceu ou exerce nada tem a ver com o poder central, com o Governo, com as Forças Armadas. Está portanto longe do poder dos soviets ou conselhos. No projecto dos Conselhos Revolucionários ou Sovietes, eles destinam-se à conquista e ao

exercício do poder político, o qual passa evidentemente pelo armamento desses mesmos órgãos do poder.

Mas pode-se dizer que não existiu efectivamente poder dos trabalhadores, poder popular. No entanto a expressão Poder Popular herdada da América Latina e de África acabou por generalizar-se e passou a significar tudo quanto é organização autónoma dos trabalhadores. Poderemos dizer também que a palavra popular é imprecisa, tal como povo (há o Partido Popular Democrático, há o «bom povo» de Spínola...), e que seria mais justo falar em poder proletário, no caso português, onde efectivamente foi o proletariado a organizar-se autonomamente e não outras camadas. Mas, com maior ou menor incorreção, a expressão Poder Popular acabou por instalar-se e significar o seguinte — organização autónoma do proletariado nas suas formas actuais e também no seu projecto de poder.

ORGANIZAÇÃO POPULAR DE BASE

Poderemos dizer que o significado da expressão organização popular de base é idêntico ao de Poder Popular. É de notar no entanto que aquela, expressão mencionada aliás na Constituição e mais facilmente adoptada pelas correntes mais moderadas, está higienicamente limpa da palavra poder, o que decerto tem significado. Como tem significado (quanto a nós o mesmo), que correntes maoístas substituam a palavra poder pela palavra vontade.

No entanto será bom não nos agarrarmos a palavras, nem trarmos batalhas por causa dum nome. Interessa sim que nos batamos pela ideia e que se clarifique o projecto, chame-se-lhe Organização Popular de Base, Poder Popular, Conselhos Revolucionários ou Sovietes. É na clarificação que surgirão profundas divergências.

No nosso conceito há duas ideias fundamentais à volta das quais se estrutura tudo o resto: uma é a democracia de base, outra é o exercício do poder.

A democracia de base assenta na importância dada à Assembleia de base, seja ela de empresa ou de bairro. A assembleia é soberana. Isto significa que é na assembleia que tudo se discute e tudo se decide; e que as comissões eleitas são mandatárias da assembleia, devendo apenas cumprir as decisões tomadas por esta. É portanto na assembleia que se confrontam as várias tendências e as várias propostas no seio dos trabalhadores. Quer dizer que tudo o que há a discutir, a confrontar, deve revelar-se ao

nível da assembleia. E que as comissões eleitas devem apresentar a assembleia e não a si próprias. Por exemplo, quando a comissão de trabalhadores da Lisnave contesta a visita de Oteló à empresa, depois deste se ter reunido com cerca de cinco mil trabalhadores, a quem representa aquela comissão? Representa a assembleia da empresa (a qual esteve presente entusiasticamente com Oteló) ou representa-se a si própria?

É o sentido desta representação das bases que muitas vezes não foi e não é dado por muitas comissões eleitas, que a pouco e pouco se desligam daqueles que as elegeram. Ao longo destes dois anos, os órgãos de poder popular foram numerosas vezes manipulados e agiram ao serviço de partidos, servindo para tomar posições, convocar manifestações, etc., sem que a respectiva assembleia se pronunciasse. Useiros e vezeiros nisto foram os partidos reformistas, que na sua concepção stalinista, põem o partido acima de todas as coisas e

dão um papel secundário à organização de base.

Mas a comissão eleita, única representante legítima da base, deve ser um veículo fiel das decisões da assembleia.

Esta mesma concepção deve reflectir-se nas estruturas de conquista e exercício do poder. A descrição clássica da estrutura dos conselhos, naquilo que eles são como legítimos representantes das bases e naquilo que eles devem ser como futura estrutura do aparelho de Estado pode ler-se na obra de Lenine «O Estado e a Revolução». Igualmente é aí tratada de forma exemplar a relação entre os conselhos e o partido, o qual tem de ficar afastado dos órgãos de poder.

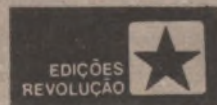
Sabemos que um poder revolucionário de transição, não pode ficar automaticamente nas mãos dos órgãos eleitos pelas bases; ficará sobretudo nas mãos daqueles que liderarem o processo de tomada de poder. Mas

Continua na pág. 12

À venda

E agora?

O proletariado na hora das grandes escolhas





«Dado que esta candidatura se apoia sobretudo na organização popular de base e tem no seu programa impulsiona-la, devemos valorizar tudo o que são Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores ou Comissões de Cooperativas, devidamente mandatadas pelas respectivas assembleias»

Continuação da pag. 12

há uma coisa que tem que ficar garantida — é que uma das primeiras medidas a tomar por esse poder é a de transferir a direcção central do país para as mãos dos legítimos representantes dos trabalhadores, eleitos pelas bases. Sem essa garantia arriscamo-nos sempre em ficar nas mãos de auto-proclamados representantes do povo.

O aparelho de Estado terá portanto que ser transferido para a organização popular de base, tanto no que diz respeito a estruturas técnico-administrativas como a estruturas militares. Isto é, terá de ser das fábricas, dos bairros, dos campos, que não de sair os dirigentes não apenas daquelas fábricas daqueles bairros e daqueles campos, mas também do país. E será também do seio dos trabalhadores que terão que nascer os dirigentes do exército revolucionário. Não será portanto um partido a tomar o poder, mas sim o proletariado através dos seus órgãos eleitos.

É esta concepção acerca do Poder, que não é nova no movimento operário, mas que tem sido muito difícil na prática, que em Portugal tem sido aprofundada muito mais no concreto da luta e da organização, do que na sua formulação teórica. E nesse aspecto há algo de novo em Portugal, que é o desenvolvimento e a radicalização da organização autónoma dos trabalhadores, que tem ultrapassado em muito as estruturas tradicionais — partidos e sindicatos. E é neste sentido que o que se passa em Portugal actualmente pode apontar para a transformação da organização de base num novo tipo de partido, que é o partido de toda a classe, legitimado por eleições de base.

É exactamente em relação aos conceitos de democracia de base e de exercício do poder que divergem as correntes stalinistas e a corrente revolucionária. Para a corrente stalinista (seja a dos partidos comunistas tradicionais seja dos partidos maoistas) o

partido é soberano e a ele tem que se subordinar tudo (daí as manobras, daí a manipulação), passando por cima, se necessário da livre expressão e da democracia das bases (aquilo a que eles chamam «expontaneísmo»...). Idêntica posição é posta quanto ao exercício do poder que para eles deve ser feito pelo partido e não pelos órgãos de base.

Da contradição entre estas suas posições têm nascido muitas divergências; que vão concertiza continuar a existir e que só a prática irá resolvendo.

OS GDUPS

Logo que surgiu a ideia da candidatura de Otelu formaram-se por todo o país Comitês de apoio à Candidatura de Otelu, que se vulgarizaram pelo nome de CACOs. Formaram-se centenas de CACOs, que impulsionaram muito do movimento inicial de apoio à candidatura.

Mais tarde surgiu a proposta de que se chama-se às estruturas de base de apoio à candidatura CUP (Comissões de Unidade Popular) tal como chegou a vir como nome definido em comunicados e jornais de alguns partidos.

Dada a existência dos CACOs e a proposta dos CUP acabou por se chegar a uma terceira designação, que passou a ser a única para toda a estrutura — Grupos de Dinamização de Unidade Popular (GDUPS). Todos os CACOs se transformaram pois em GDUPS.

Os GDUPS são portanto a estrutura de base que pode ser constituída por qualquer grupo de pessoas que pretende apoiar a candidatura de Otelu e que não esteja integrada em Comissões de Moradores ou trabalhadores que a apoiem.

A ESTRUTURA DE POVO A COORDENAÇÃO

Dado que esta candidatura se apoia sobretudo na organização popu-

lar de base e tem no seu programa impulsiona-la, devemos valorizar tudo o que são Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores ou Comissões de Cooperativas, devidamente mandatadas pelas respectivas assembleias. A coordenação destas comissões entre si é um passo importante para as estruturas a criar e a fortalecer para o futuro.

Mas a par das organizações populares de base, existem todas as outras pessoas, que, estando desenquadradas de Comissões de trabalhadores e moradores, querem no entanto, apoiar activamente a candidatura de Otelu. Para essas existem os GDUPS. Deste modo estão lado a lado organismos populares de base (CM, CT, Coop.) e GDUPS, que entre si se deverão coordenar.

Por outro lado toda a estrutura da candidatura, a nível concelho, distrital e nacional deverá nascer da eleição de delegados vindos dessas estruturas de base. Desse modo, a estrutura actual, que é provisória e que em muitos casos se constituiu de cima para baixo por imposição e urgência das tarefas actuais, deverá ser substituída por uma estrutura resultante de eleições a partir da base. E isto diz respeito ao presente e ao futuro, entendendo que o movimento de apoio à candidatura não acaba no dia 27 de Junho. Mas tem que ser feito um esforço importante desde já para que essas eleições se realizem, expandindo-se o movimento de apoio muito para além dos partidos que apoiam a candidatura e quebrando o espantalho das estruturas de cúpula. Neste sentido há um exemplo do passado, que guardadas as devidas diferenças de condicionalismos foi um passo importante neste caminho — o movimento CDE de 1969. Com toda a restrição que então havia este movimento chegou a ter só em Lisboa mais de uma centena de delegados eleitos por estruturas de base. E o programa foi a todas as bases e sofreu alterações sencíveis.

Neste momento, beneficiando da liberdade existente e da expansão do movimento revolucionário, o impulso e a coordenação das estruturas de base pode dar lugar a um movimento organizado que rompa os divisionismos e concretize uma verdadeira unidade.

NO FUTURO NÃO AO FRENTISMO CLÁSSICO; SIM À UNIDADE REVOLUCIONÁRIA DE BASE

É no sentido de fomentar este movimento para o futuro que temos hoje já que definir muito do que ele pode ser.

Nesse aspecto regeitamos todas as concepções frentistas clássicas à boa maneira da Frente Popular de França e em Espanha em 1936, à boa maneira do após-guerra e também no tão lembrado Chile de Allende. Essas Frentes, que tantas derrotas deram à classe operária, foram filhas de concepções também stalinistas e significam um grande desvio à direita no movimento operário. Caracterizaram-se (e caracterizam-se) pelos acordos de cúpula entre partidos (substituindo o movimento de base), pela luta exclusivamente anti-fascista (substituindo a luta anti-capitalista), pela luta pelas liberdades e pela melhoria das condições de vida (substituindo a luta pela Revolução Socialista). Significaram sempre e significam um recuo em face do inimigo. Significam também sempre a mão estendida para a aliança com a pequena burguesia, sacrificando a classe operária. Essa Frente nós regeitamo-la. Mas batalhamos firmemente para que se crie um movimento de unidade revolucionária de base, que una os trabalhadores à volta dos seus objectivos comuns e dos seus interesses de classe. Unidade que passe por cima dos partidos e homens sem partidos. Unidade que respeite sobretudo aquilo que há de mais respeitável entre os trabalhadores — a sua capacidade de se reunirem e de juntos confrontarem posições e tomarem decisões. Essa a democracia proletária.

internacional

O PODER POPULAR EM ANGOLA (2)

Dos Órgãos Populares de Base

Continuamos hoje a publicar parte do texto da Constituição da República Popular de Angola que legitima o exercício do poder popular. Por razões de espaço, só publicaremos os capítulos II e III contando publicar os restantes no próximo número do jornal

CAPÍTULO II

Secção I — Organização Popular nas Povoações

Subsecção I — Da Assembleia Popular de Povoação

Artigo 4.º (definição e composição)

1. A Assembleia Popular de Povoação é o órgão através do qual os respectivos habitantes exercem o poder popular.

2. A Assembleia Popular de Povoação é constituída por todos os habitantes da povoação mas apenas os maiores de dezoito anos terão o direito ao voto.

Artigo 5.º (Competência)

Cabe à Assembleia Popular de Povoação:

- a) Eleger e demitir a Comissão Popular de Povoação;
- b) Apreciar a acção desenvolvida pela CPP;
- c) Eleger e demitir o promotor de saúde.

Artigo 6.º (Reuniões)

A Assembleia Popular de Povoação reúne obrigatoriamente uma vez por mês e sempre que convocada pela CPP ou por um número mínimo de habitantes a definir em regulamento.

Subsecção II — Da Comissão Popular de Povoação

Artigo 7.º (definição, Composição e Eleição)

1. A CPP é o órgão representativo dos respectivos habitantes.

2. A CPP é constituída por um mínimo de cinco e um máximo de dez membros, eleitos por votação directa e pública, em Assembleia Popular de Povoação devidamente convocada para o efeito.

3. Além dos membros efectivos da CPP serão eleitos três suplentes.

Art. 8.º (Competência)

Cabe à Comissão Popular de Povoação:

- a) Mobilizar as massas camponesas para a discussão e solução dos seus problemas mais prementes e imediatos e para as tarefas de Resistência e de construção da Democracia Popular;
- b) Assegurar a ligação com os restantes órgãos de poder popular, contribuindo deste modo para o reforço da aliança operário-camponesa;
- c) Inspirando-se na justa linha política do MPLA fazer a análise da situação política em cada momento e definir as tarefas e as formas de luta a adoptar pelas massas populares no processo revolucionário, com vista à construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem;
- d) Estudar e adoptar medidas concretas para efectivação das directrizes que provenham dos escalões superiores de Poder Popular;
- e) Difundir no seio das massas as ideias correctas de modo a elevar a sua consciência política e a sua participação na luta;
- f) Combater o obscurantismo, o tri-

balismo, o regionalismo e o racismo através da discussão dos conflitos no seio do povo, contribuindo assim para a elevação da consciência política das massas camponesas;

g) Combater o alcoolismo, a prostituição, a vadiagem, o absentismo e outras condutas anti-sociais;

h) Discutir e aprovar as formas de reorganização da vida social na povoação;

i) Pronunciar-se sobre as forças de organização da produção na respectiva povoação nomeadamente sobre a reserva de terrenos para culturas colectivas de subsistência junto da respectiva povoação e sobre a aplicação dos princípios definidos superiormente a que deve obedecer a reforma agrária;

j) Desenvolver e apoiar as formas colectivas de produção;

k) Pronunciar-se sobre a distribuição de produtos na respectiva povoação, organizando o combate à especulação, ao açambarcamento, ao contrabando e à sabotagem económica, em colaboração com os serviços competentes e desenvolvendo o controlo pelos camponeses da comercialização dos seus produtos;

l) Pronunciar-se sobre a resolução de problemas de habitação, saúde pública, ensino, comunicações e transportes, bem como todos os assuntos de interesse para a melhoria das condições de vida das massas populares na área da respectiva povoação;

m) Pronunciar-se sobre as formas de participação popular na vigilância e defesa da respectiva povoação sob orientação das estruturas competentes das FAPLA;

n) Requerer aos órgãos judiciários competentes o julgamento de crimes de traição à luta de libertação praticados na área da sua jurisdição ou por indivíduos nela residentes;

o) Vigiar a actuação dos serviços e organismos públicos, respeitando os limites da enumeração taxativa que, para esse fim, constará de decreto;

p) Prestar periodicamente contas da sua actividade à Assembleia Popular de Povoação e à Comissão Comunal;

q) Dar os pareceres que lhe sejam solicitados pela Comissão Comunal;

r) Convocar mensalmente e sempre que necessário a Assembleia Popular de Povoação

Secção III — Da Organização Popular nos Bairros.

Secção III — Da Organização Popular de Bairro.

Artigo 9.º (Definição e Composição).

1. A APB é o órgão através do qual os respectivos habitantes exercem o poder popular;

2. A APB é constituída por todos os habitantes do bairro (mas apenas os maiores de dezoito anos terão direito de voto).

Art. 10.º (Competência).

Cabe à APB eleger e demitir a



À Comissão Popular de Bairro cabe «pronunciar-se sobre as formas de participação popular na vigilância e defesa do respectivo bairro...» (Art.º 13.º, alínea m)

CPB.

Art. 11.º (Reuniões).

A APB reúne obrigatoriamente uma vez por mês e sempre que convocada pela CPB ou por um número mínimo de habitantes a definir em regulamento.

Subsecção II — Da Comissão Popular de Bairro — CPB.

Art. 12.º (Definição, Composição e Eleição).

1. A CPB é o órgão representativo dos respectivos habitantes;

2. A CPB é constituída por um mínimo de oito e um máximo de doze membros eleitos, por votação directa e pública, em Assembleia Popular de Bairro devidamente convocada para o efeito.

3. Apenas dos membros efectivos da Comissão Popular de Bairro serão eleitos quatro suplentes.

Art. 13.º (Competência).

Cabe à Comissão Popular de Bairro:

(...) (As alíneas a) a g) são idênticas às correspondentes do Art. 8.º que trata da competência da Comissão Popular de Povoação.

h) Discutir e aprovar as formas de reorganização da vida social do bairro;

i) Pronunciar-se sobre as formas de abastecimento ao bairro, organizando o combate à especulação ao açambarcamento, ao contrabando e à sabotagem económica, em colaboração com os serviços competentes;

j) Dinamizar e apoiar cooperativas no respectivo bairro;

k) Participar na leitura do recenseamento dos habitantes do bairro, bem como das habitações e edifícios neles situados e respectivos senhorios e locatários;

l) Pronunciar-se sobre a resolução de problemas de habitação, saúde pública, ensino, comunicações e transportes, bem como todos os assuntos de interesse para a melhoria das condições de vida das massas populares na área do respectivo bairro;

m) Pronunciar-se sobre as formas de participação popular na vigilância e defesa do respectivo bairro sob orientação das estruturas competentes das FAPLA;

n) Requerer aos órgãos judiciários competentes o julgamento de crimes de traição à luta de libertação praticados na área da sua jurisdição ou por indivíduos nela residentes;

o) Vigiar a actuação dos serviços

e organismos públicos, respeitando os limites e enumeração taxativa que, para esse fim, constará de decreto;

p) Prestar periodicamente contas da sua actividade à Assembleia Popular de Bairro e à Comissão Comunal;

q) Dar os pareceres que lhe sejam solicitados pela Comissão Comunal;

r) Convocar mensalmente e sempre que necessário a Assembleia Popular de Bairro;

DOS ÓRGÃOS COMUNAIS
CAPÍTULO III

Secção I da Comissão Comunal.

Art.º 14.º (Definição)

A Comissão Comunal é o órgão superior de poder popular na respectiva comuna.

Art. 15.º (Composição e Eleição).

1. A Comissão Comunal é constituída por quinze membros eleitos, por votação pública, pelas Comissões Populares de Base em reunião plenária devidamente convocada para o efeito.

2. Além dos quinze membros efectivos da Comissão Comunal serão eleitos quinze suplentes.

Art. 16.º (Atribuições e Competência).

1. A Comissão Comunal assegura a resolução dos problemas dos habitantes da comuna, através da coordenação da acção dos órgãos de poder popular da área da sua jurisdição.

2. Cabe em especial à Comissão Comunal:

a) Dinamizar e apoiar as formas colectivas de produção bem como organizações de consolidação da aliança operária-camponesa de modo a garantir o efectivo controlo dos trabalhadores em todas as unidades económicas;

b) Dinamizar a mobilização e organização das massas populares para as tarefas de resistência;

c) Desenvolver a solidariedade de todos os trabalhadores da Comuna através do apoio às suas justas lutas contra a exploração;

d) Discutir e aprovar as formas de participação popular na vigilância e defesa da respectiva comuna, sob orientação das estruturas competentes das FAPLA;

e) Discutir e propor à Comissão Municipal as formas de integração de comuna no plano e no orçamento provinciais;

f) Resolver os conflitos que pos-



Continuação da pág. 14

sam surgir entre os vários órgãos de poder popular na respectiva comuna;

g) Pronunciar-se sobre todos os assuntos de exclusivo interesse da comuna nomeadamente sobre a dinamização e apoio às cooperativas de produção e consumo, o combate à especulação, e açambarcamento, o abastecimento em bens essenciais, o combate ao analfabetismo e à doença e o combate para eliminação de males sociais;

h) Vigiar e controlar a acção das empresas, serviços, e outros organismos públicos cuja direcção e gestão lhes seja atribuída nos termos do n.º 2 do artigo 55.º, a fim de assegurar a execução das deliberações dos órgãos de poder popular da respectiva comuna e a aplicação do Plano Nacional;

i) Fiscalizar a execução das deliberações das Comissões Municipal e Provincial;

j) Fiscalizar a actividade do Comissariado da Comuna e propor ao Ministério da Administração Interna a sua substituição;

k) Fiscalizar a actuação e métodos de trabalho dos funcionários públicos e propor à Comissão Municipal que se pronuncie sobre a substituição dos funcionários que tenham uma prática antipopular;

l) Dar os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Comissariado da Comuna e pelas Comissões Municipal e Provincial;

m) Convocar mensalmente e sempre que necessário a reunião plenária das Comissões Populares de base da respectiva Comuna;

n) Organizar anualmente o processo eleitoral para as Comissões Populares de base e dar posse aos membros eleitos.

Secção II — Do Comissariado da Comuna

Art. 17.º (Nomeação)

O Comissariado da Comuna é no-

meado pelo ministro da Administração Interna, sob proposta da respectiva Comissão Directiva do MPLA, e depende hierarquicamente do Comissário Municipal.

Art. 18.º (Competencia)

1. O Comissário da Comuna executa na respectiva comuna, a linha política definida pelo MPLA e as directrizes dimanadas da Assembleia do Povo e do Governo.

2. Cabe em especial ao Comissário da Comuna:

a) Dirigir os serviços administrativos comunais bem como as empresas, serviços e organismos públicos cuja gestão venha a ser transferida para os órgãos da administração local;

b) Assegurar o cumprimento das leis e a protecção aos cidadãos;

c) Prestar contas da sua actividade à Comissão Comunal e informá-la sobre a actividade do Comissário Municipal do Comissário Provincial e do Governo;

d) Presidir às reuniões da Comissão Comunal e assegurar a execução das suas deliberações.

Art. 19.º (Adjunto do Comissário)

1. O Comissário da Comuna poderá ser assessorado por um adjunto que exercerá as funções que por aquele lhe forem delegadas e o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

2. O Adjunto do Comissário de Comuna é nomeado pelo ministro da Administração Interna, sob proposta da respectiva Comissão Directiva do MPLA.

Art. 20.º (Resolução de Conflitos)

É de competência da Comissão Municipal a resolução dos conflitos que possam surgir entre a Comissão Comunal e o Comissário da respectiva Comuna.

NOTA — Publica-se no próximo número os restantes Capítulos IV, V, VI e VII.

LIBANO

A invasão síria na estratégia de Israel (e dos "States")

Na passada semana forças do Exército sírio, calculadas em aproximadamente 10 000 homens invadiram o Líbano no sentido do «restabelecimento da ordem interna» no Líbano. A presença maciça de soldados sírios, apoiados por mais de 260 tanques põe em causa o futuro desenvolvimento da resistência palestina e a luta desencadeada pela esquerda libanesa contra o Governo reaccionário de Soleiman Franjie. Franjie eleito recentemente presidente é fortemente contestado pelas forças democráticas e revolucionárias, apenas da sua insistência em continuar como chefe de Estado o parlamento já elegeu o seu substituto, Elias Sarkis.

No Líbano encontram-se refugiados mais de 30 000 palestinos que buscam reorganizar suas vidas e resistir ao sionismo expansionista. A O. L. P. conta no Líbano com uma forte infraestrutura de resistência contra o Estado de Israel. Ao mesmo tempo em que se desenvolve no Líbano uma luta sem tréguas entre a direita reaccionária pró-síria representada pela organização Saika, as forças marronitas de direita parecem estar preocupadas com uma real intervenção armada da Síria. Entretanto no desencadeado da guerra civil as forças de esquerda conseguem acumular forças e decididamente lutar contra a invasão síria e



No Líbano as forças de esquerda continuam a luta contra a invasão síria e a reacção interna

a reacção interna.

Recentemente Israel fez várias ameaças de intervenção no Líbano se a Síria não colocasse «tudo em ordem». Daí surge um maior comprometimento com a política reaccionária de Israel por parte de Damasco. Para atingir seus objectivos a Síria tenta criar movimentos fantoches como a «Vanguarda do Exército Libanês» que reclamam a intervenção da Síria, abertamente. As forças de direita em qualquer altura criam organizações fantoches para tentar iludir as massas e

criar falsas aparências a nível internacional.

Neste momento, decorrem conversações com os chefes dos Estados Árabes, no sentido, de negociar a situação no Líbano. Encontram-se em Damasco os ministros dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, da Líbia, da Arábia Saudita, o ministro argelino da Educação, Mahmud, etc., entretanto devemos exprimir o nosso apoio e solidariedade à luta de resistência que desenvolve o povo palestino junto à esquerda libanesa.

COLUNA INTERNACIONAL



● O assassínio do ex-presidente Juan José Torrez, da Bolívia, na passada semana por comandos tipo «esquadrão da morte» actuantes na Argentina vem provar que os sucessivos encontros dos generais latino-americanos visava, principalmente, destruir fisicamente os democratas e revolucionários que lutam contra as ditaduras gorilas.

Por diversas vezes, nos últimos anos, encontraram-se, ora Geisel com Banzer e Bordaberry, ora Pinochet com Bordaberry, etc., e estas «visitas» de cortesia tinham como objectivo a destruição de qualquer tipo de resistência aos regimes pró-imperialistas. E neste momento, a resistência principal, a mais avançada que consegue sobreviver e somar forças se dá na Argentina onde forças do E.R.P. e dos Montoneros, desencadeiam acções de guerrilha, sustentadas por um movimento de massa consciente da sua necessidade de organização e combate armado contra a ditadura militar de Videla.

Os assassinatos e massacres feitos no Chile, na Bolívia, na Argentina, no Uruguai, etc., obedecem a um mesmo patrão, que é o imperialismo e a burocracia suá aliada e dependente e sendo assim o inimigo é o mesmo: o imperialismo; a luta é única: pelo socialismo.

● A Assembleia Constitucional do Sudoeste Africano (Namibia) em Windhoek decidiu «melhorar os estatutos da população negra, fazendo algumas concessões» antes que o «barco afunde». As concessões são de ordem vivencial, como entrar num restaurante, receber «mesmo tratamento» nas prisões, etc. No papel, talvez, os delegados da Assembleia, pensem que deram uma grande abertura multirraciale, mas nós não acreditamos, e a luta continua.

● Prossegue a luta da Organização Popular do Sudoeste Africano (S.W.A.P.O.) contra o regime sul-africano. A S.W.A.P.O. fez um apelo às empresas estrangeiras que operam na África do Sul para pagar os seus impostos às Nações Unidas. Por outro lado, uma deputada de esquerda declarou em Jerusalém que tropas israelitas operam na África do Sul contra as forças revolucionárias de libertação.

Entretanto, divulgam-se cifras balanceando os mortos nos encontros entre o Movimento de Libertação do Zimbábue, que nada difere daquelas divulgadas no passado recente em relação ao Vietname, Angola, etc. Nestas cifras sempre se dá a entender que as forças revolucionárias de libertação estão perdendo terreno. Mas não, elas lutam e ganham a simpatia de todo o povo que luta contra a exploração capitalista, os grandes proprietários e os Governos racistas. Como em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau o povo de toda África levanta-se contra a dominação imperialista, o capitalismo e o racismo.



● Depois da visita a São Domingos, onde a sua presença causou grandes manifestações muito policiadas, o sucessor de Franco, rei Juan Carlos, segue para os Estados Unidos da América, onde esperamos, seja recebido da mesma forma.

«O monarca» desenvolverá discussões com Ford e possivelmente não só tratará dos problemas internos de Espanha, mas abordará temas como «Portugal... Península Ibérica... instabilidade» «Defesa» e «política de boa vizinhança».

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

UNIR OS TRABALHADORES UNIR OS REVOLUCIONÁRIOS

O PRP E A INDISPENSÁVEL UNIDADE

Desde o 25 de Abril de 1974 que se tornou clara a posição do PRP no sentido da criação das condições para unir tudo o que possa ser unido numa perspectiva revolucionária. Contudo, desenvolver a unidade não é tarefa fácil, não é um fim em si mesmo, a unidade tem de assentar em princípios fundamentais.

Ao longo do processo da luta de classes decorrido até hoje, o PRP participou em numerosas acções unitárias, com o objectivo de resolver a crise do poder de modo favorável aos interesses de classe do proletariado. Tem sido este o sentido das nossas propostas e da nossa participação em acções unitárias. Temos estado na luta pela unidade dos trabalhadores nos locais de trabalho. Participamos de acordos e plataformas com outras organizações políticas de esquerda para comícios e manifestações unitárias. Fizemos a proposta e participamos nos Conselhos Revolucionários. Participamos na FUR, nos SUV, e no CLARP. Participamos em muitas iniciativas unitárias por todo o país, nomeadamente nas práticas concretas que dizem respeito à unidade entre a cidade e o campo. Neste momento temos acordos com outras organizações políticas com vista ao apoio, à grande movimentação operária e popular em torno das eleições para a presidência. E participamos da grande unidade que se está a forjar a partir das bases, a partir das fábricas, dos campos, dos quartéis, dos bairros e das escolas, unidade que apoia a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho.

Actualmente e ligado ao apoio a esta candidatura, está em curso uma dinâmica de massas unitária, que poderá (se houver uma direcção política revolucionária à altura das suas tarefas históricas) desencadear um processo organizativo e mobilizador da classe operária e das massas populares, capaz não só de barrar o caminho ao avanço do fascismo, mas também de criar as condições para a liquidação das direcções políticas burguesas e traidoras e de fazer um movimento operário e popular avançar firmemente para a Revolução Socialista.

Mas os revolucionários não devem ter ilusões. Se as tiverem, esta campanha poderá não ultrapassar em muito um otimismo, mais um eleitoralismo. É preciso tirar as lições da história. É preciso saber que há di-

vergências políticas entre algumas das forças organizadas que apoiam esta unidade e este candidato. Por exemplo, o PRP faz uma análise política que assenta na impossibilidade de estabilização da democracia burguesa em Portugal, enquanto algumas organizações com as quais temos alianças tácticas acham que é possível essa estabilização. Esta profunda diferença de análise da situação tem também, evidentemente, consequências profundas a nível dos objectivos imediatos e da prática diária. Será radicalmente diferente a acção daqueles militantes que vêem uma saída revolucionária (ou talvez reformista) a muito longo prazo e a daqueles que compreendem que a situação concreta em Portugal coloca a curto prazo a alternativa fascismo ou revolução socialista.

As diferenças de análise e da consequente prática aqui enunciadas poderão, em curto espaço de tempo, vir a ter repercussões graves sobre a dinâmica unitária agora criada em torno da candidatura revolucionária de Otelo.

RETIRAR AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS

De tudo isto não se pode nem se deve inferir que não sejam úteis e indispensáveis as alianças tácticas. Mas essas alianças devem ter presente que, embora seja muito importante a vitória eleitoral de uma candidatura revolucionária, o fundamental é reforçar e coordenar as organizações populares de base, e retirar a influência que as direcções reformistas e traidoras ainda exercem

sobre parte considerável das classes trabalhadoras. Estas são condições de fundo que importa resolver a curto prazo, porque sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário, sem uma sólida organização de classe e sem direcção política revolucionária do proletariado estaremos sujeitos a sofrer pesadas derrotas.

Se, desta enorme movimentação operária e popular que varrê o País de Norte a Sul em torno da candidatura de Otelo mais não tirarmos como resultados práticos do que um grande reforço das organizações populares de base (comissões de trabalhadores, comissões de moradores e conselhos de aldeia) e da sua coordenação, além da resolução do problema da direcção política revolucionária, poderemos dizer que vencemos uma batalha decisiva, que é o pronúncio da vitória final sobre a burguesia e todos os seus lacaios.

Não sendo o programa da candidatura revolucionária de Otelo o programa de qualquer dos partidos políticos existentes na cena política portuguesa, é contudo, um programa suficientemente claro e mobilizador, suficientemente capaz de dividir a sociedade portuguesa pelo bom sítio, pelo sítio onde deve ser dividido — divisão entre soldados e generais burgueses, entre as classes exploradoras e as classes exploradas.

EDITORIAL

A par da campanha de massas que tem acompanhado Otelo de Norte a Sul do País, outras campanhas se desenvolvem que são campanhas anti-revolução.

Há a campanha perniciosos desses que distribuem a carta a Vasco Gonçalves, que lançam nas paredes o veneno fascista e que são afinal a imagem da traição reformista. E continuam a pregar no deserto com o seu candidato de «massas».

E há a campanha da direita que faz procissão atrás desse cartaz de medo e do silêncio que é Ramalho Eanes. As imagens burguesas de várias marcas caminham nesse cortejo sinistro que sustenta um homem que é aquilo que é o seu próprio rosto — a promessa do fascismo. O homem que reprimirá, o homem que «sairá com os tanques». O homem que o PC diz todos os dias de várias maneiras que «não utilizará».

Mas as votações têm surpresas. E muitos dos que, ignorantes do que são as direcções dos partidos, puseram uma cruz à frente de «socialista» ou de «comunista» no voto das últimas eleições, não a porão à frente de Otelo. Puseram uma cruz para dizer que eles (votantes) eram «socialistas» ou «comunistas», mas não vão votar pelos homens designados pelos partidos que usam esses nomes.

São esses resultados que agora são temidos e que fazem apreensão à direita e desespero aos reformistas.

Porque a direita tem observado uma realidade: Eanes foi ao Porto e andou à espera das pessoas que o viessem saudar, sem que as tivesse encontrado. E por todo o lado a cara desse homem suscita antipatia. Já lhe tiraram os óculos, já lhe puseram a mulher ao lado como se fosse uma jarra de flores. Já distribuíram milhares de papéis a fazer o seu elogio. Mas não pega. E a direita começa a considerar seriamente que Otelo possa ganhar. Mais. A sondagem do «Expresso» feita expressamente para dar como resultado a vitória de Eanes, parece que deu resultados surpreendentes, que, claro, vêm invertidos quando são publicados. E para mascarar os verdadeiros, são obrigados a atribuir 14 por cento a Pinheiro de Azevedo (ah, é verdade, Pinheiro de Azevedo foi muito bem recebido em Bragança!).

Está aflita a burguesia. Está aflito o reformismo. Na realidade aquilo que é a campanha de Otelo ultrapassa as eleições burguesas. É, para além da possibilidade de vitória, a possibilidade de organizar um movimento unitário e revolucionário de milhares de pessoas, que não têm partido ou que têm partidos diferentes, mas querem a Revolução Socialista e o poder dos trabalhadores. O que qualquer dos outros candidatos não quer.

OTELO NAS COOPERATIVAS DE ALCÁCER DO SAL

Antes da visita de Otelo, o PC tentando manobrar os trabalhadores distribuiu alguns comunicados por uma organização que se diz Comissão Agrícola da Cooperativa de Casebres da qual muitos trabalhadores da Cooperativa desconhecem a existência.

Ao mesmo tempo, foram distribuídos comunicados por elementos afeitos ao PC com o texto da carta de Otelo a Vasco Gonçalves, tentando assim desmobilizar os trabalhadores. Mas estas manobras não tiveram efeito. Logo à entrada de Casebres estavam centenas de pessoas que aguardavam Otelo e que o aclamavam como o seu candidato.

Otelo falou aos trabalhadores junto à casa do Povo de Casebres sobre a necessidade do avanço, aprofundamento e consolidação da Reforma Agrária e teve também o cuidado de responder à provocação que lhe tinham feito. Otelo esclareceu que a carta era de camarada a camarada, pessoal e que foram elementos do Gabinete de Vasco Gonçalves que resolveram dá-la aos órgãos de informação.

Otelo referiu-se também às buscas que o actual poder fez às cooperativas, nomeadamente à de Casebres enquanto não perseguem os grupos terroristas fascistas.

De Casebres Otelo seguiu para Alcácer do Sal, onde foi calorosamente recebido pelos trabalhadores que o aguardavam.

Em Alcácer do Sal, Otelo falou aos trabalhadores que o aguardavam focando novamente os problemas ligados à reforma agrária, os problemas que se levantam aos trabalhadores rurais da região.

O problema da unidade dos trabalhadores, indispensável para a construção do Socialismo foi um dos pontos principais dos discursos de Otelo.

De Alcácer do Sal Otelo seguiu para o Torrão onde como em todos os locais onde foi, centenas de trabalha-

dores o esperavam e aclamavam, falando novamente aos trabalhadores.

Em Setúbal aos milhares de trabalhadores falaram um membro do GDUP da empresa de construção civil Tetra e outro do GDUP da Setenave e depois Otelo.

Alguns soldados que se encontravam no Comício foram à tribuna onde se encontrava Otelo saudar o seu camarada, expressar a determinação dos soldados em apoiar a sua candidatura.

Otelo apelou à unidade dos trabalhadores para ser possível a construção do socialismo referindo-se aos problemas concretos dos trabalhadores.